



# ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2014

RELATÓRIO METODOLÓGICO

SCOTT STERN, AMY WARES E SARAH  
ORZELL, COM PATRICK O'SULLIVAN



**SOCIAL  
PROGRESS  
IMPERATIVE**



O Social Progress Imperative é uma organização sem fins lucrativos constituída nos Estados Unidos.  
Agradecemos às seguintes organizações por seu apoio financeiro:





# ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2014

RELATÓRIO METODOLÓGICO

CAPÍTULO 1 / METODOLOGIA DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2014 .....	3
CAPÍTULO 2 / FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL .....	23
Patrick O'Sullivan, professor de Ética Empresarial, Escola de Administração de Grenoble e Universidade de Varsóvia	
APÊNDICE 1 / FONTES DOS DADOS .....	40
APÊNDICE 2 / PESOS DA ANÁLISE FATORIAL .....	41
APÊNDICE 3 / VALORES DOS INDICADORES DE MELHOR E PIOR CASO .....	42
APÊNDICE 4 / BIBLIOGRAFIA .....	43



# CAPÍTULO 1

## Metodologia do Índice de Progresso Social 2014

Scott Stern, Amy Wares e Sarah Orzell

### 1 / INTRODUÇÃO

A aferição de múltiplas dimensões do progresso social é indispensável para entender seus componentes, avaliar os indicadores de sucesso e catalisar aperfeiçoamentos. O Índice de Progresso Social fornece uma medida holística, objetiva, transparente e baseada em resultados do bem-estar de um país sem depender dos indicadores econômicos. O Índice de Progresso Social pode ser utilizado para comparar diferentes facetas do progresso social dos países, permitindo a identificação de áreas específicas de pontos fortes ou fracos em cada país. Também permite aos países avaliar seus indicadores de desempenho em comparação aos outros países, tanto no nível de indicadores individuais, como de medidas mais agregadas de progresso social.

Este relatório descreve a metodologia utilizada para calcular o Índice de Progresso Social. A Seção 2 descreve a arquitetura conceitual do Índice e a distinção entre índices de contribuições e de resultados. Apresentamos a lógica por trás dos componentes básicos do Índice. A Seção 3 descreve os dados utilizados para a construção do Índice. A Seção 4 fornece detalhes dos cálculos realizados para computar cada elemento. A Seção 5 discute a metodologia para a avaliação dos pontos fortes e fracos dos países.

Uma versão beta do Índice de Progresso Social para 50 países foi apresentada em abril de 2013. Reunimos uma grande quantidade de feedback e aprofundamos as pesquisas para refinar o modelo e a construção do Índice. Mais informações sobre as alterações feitas na versão beta estão descritas na Seção 6. A Seção 7 conclui este capítulo e fornece informações sobre futuras direções.

### 2 / PRINCÍPIOS DO PROGRESSO SOCIAL

Para criar um índice que meça o progresso social, é preciso primeiro desenvolver um modelo conceitual que defina o progresso social bem como seus principais elementos. Depois é necessário elaborar e implementar uma metodologia rigorosa para mensuração nos diversos países. Definimos 'progresso social' como a *capacidade de uma sociedade atender às necessidades humanas básicas de seus cidadãos, estabelecer os componentes básicos que permitam aos cidadãos e às comunidades melhorar e manter a qualidade de vida e criar as condições para que todos atinjam seu pleno potencial*. Essa é a definição do conceito de 'progresso social' usada neste relatório.

O modelo do Índice de Progresso Social destina-se a captar o nível de desenvolvimento social em uma determinada sociedade. É composto de três dimensões gerais: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos de Bem-Estar e Oportunidades. Cada uma dessas dimensões está desmembrada em quatro componentes básicos (veja Figura 1). No todo, esse modelo pretende captar um conjunto inter-relacionado de fatores que representam os elementos primários que se combinam para produzir um determinado nível de progresso social. A metodologia do Índice de Progresso Social permite mensurar todos os componentes e todas as dimensões e produz uma pontuação e uma classificação gerais.

O Índice de Progresso Social está explicitamente voltado para aspectos não econômicos do desempenho dos países. Ao contrário da maioria dos outros esforços de mensuração por país, tratamos o progresso social de forma distinta, porém afetado pelas mensurações econômicas tradicionais, como o PIB per capita. Outros índices híbridos, como o Índice de Desenvolvimento Humano ou o Índice para uma Vida Melhor da OCDE, combinam indicadores econômicos e sociais, criando uma certa confusão entre os dois. Nosso objetivo é utilizar uma metodologia clara, porém rigorosa, que isole as dimensões não econômicas do desempenho social. Nossa abordagem vale-se de uma longa linha de trabalho na construção de índices por país para mensurar e avaliar várias facetas do desempenho econômico e social. No entanto, o Índice de Progresso Social incorpora várias escolhas metodológicas fundamentais:

- Foco nos indicadores de resultados e não nas medidas de contribuições;
- Um modelo holístico que consiste em três dimensões amplas de progresso social, sendo a soma de quatro componentes igualmente ponderados; e,
- O cálculo de cada componente como a soma ponderada de uma série de medidas, com os pesos determinados por uma análise fatorial dos principais componentes.

### 2.1 / ÍNDICES DE RESULTADOS VERSUS ÍNDICES DE CONTRIBUIÇÕES

Existem duas categorias amplas de metodologias conceitualmente coerentes para a construção de índices: índices de contribuições e índices de resultados. Ambos podem ajudar os países a avaliar e comparar seu progresso, mas de maneiras muito diferentes. Os índices de contribuições medem as escolhas de políticas públicas ou os investimentos dos países que, acredita-se, conduzem a um resultado importante. Na competitividade, por exemplo, um índice de contribuições pode mensurar os investimentos em capital humano ou em pesquisa básica. Os índices de resultados medem diretamente os resultados dos investimentos. Para a competitividade, por exemplo, isso pode incluir a produtividade por cidadão em idade ativa.

A utilização de um índice de contribuições ou de um índice de resultados depende do problema específico a ser abordado e dos dados disponíveis. Por outro lado, um índice bem construído e voltado para contribuições pode nortear os formuladores de políticas sobre escolhas de políticas públicas e investimentos específicos. A criação de um índice de contribuições, no entanto, requer um grau de consenso sobre como as contribuições levam a resultados, bem como um processo para ajustar a importância relativa de diferentes fatores de contribuições em contraposição a medidas de resultados. Por exemplo, Delgado, et al (2012) concentram-se nos fatores de contribuições que moldam o grau de competitividade nacional, que é medido como o PIB ajustado pela PPC por população em idade ativa.

Em contraposição, quando existem múltiplas medidas de “resultados”, falta consenso sobre todas as contribuições importantes e/ou os dados relacionados com as contribuições são muito incompletos, um índice voltado para resultados pode ser mais apropriado. Precisamente por essas razões, o Índice de Progresso Social foi elaborado como um índice de resultados. Considerando que existem múltiplos aspectos distintos do progresso social, cada um mensurável de maneiras diferentes, o Índice de Progresso Social foi elaborado para agregar e sintetizar múltiplas medidas de resultados de uma maneira conceitualmente consistente e transparente que também será importante para os tomadores de decisão avaliarem e compararem o progresso. Com o tempo, o programa de pesquisa do Social Progress Imperative vai explorar o papel das medidas e políticas de contribuições na determinação do desempenho de um país.

### 2.2 / VISÃO GERAL DA METODOLOGIA

A metodologia do Índice de Progresso Social incorpora três elementos estruturais concebidos depois de uma ampla análise da literatura e da disponibilidade dos dados: dimensões, componentes e indicadores. As dimensões representam as amplas categorias conceituais que definem o progresso social. O Índice é calculado como a média ponderada equalizada da pontuação de um país em cada dimensão. Em cada dimensão há componentes: quatro conceitos únicos, mas relacionados. A pontuação da dimensão de um país é calculada como a média ponderada equalizada de seus componentes nessa dimensão. Cada componente é composto de indicadores que medem tantos aspectos válidos do componente quanto for possível. Esses indicadores são agregados usando-se uma média ponderada, onde os pesos são determinados pela análise fatorial.

### 2.3 / TRÊS DIMENSÕES DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

Resultado de um processo de dois anos orientado por um grupo de acadêmicos e especialistas em políticas públicas,<sup>1</sup> o modelo do Índice de Progresso Social sintetiza um grande corpo de pesquisa que enfatiza a importância de “ir além do PIB” e identifica os elementos sociais e ambientais do desempenho das sociedades. Embora uma análise completa da literatura esteja além do escopo desta nota, nosso modelo recorre a uma ampla gama de fontes na economia, na sociologia, na ciência política e na história. Entre muitas outras, recorreremos à obra seminal de Amartya Sen que se concentra no papel das capacidades, quais pessoas são capazes de fazer (Sen, 1985) e em diversas pesquisas mais contemporâneas que enfatizam o papel das instituições na formulação do desempenho econômico e social (North, 1990; Acemoglu e Robinson, 2012).

Com base nesse amplo corpo de análises bastante diferentes, sintetizamos três perguntas distintas, porém relacionadas, que consideradas em conjunto oferecem informações sobre o nível de progresso social:

- 1 / O país atende às necessidades mais essenciais da população?
- 2 / Há componentes básicos em vigor para que as pessoas e as comunidades possam melhorar e manter o bem-estar?
- 3 / Há oportunidades para todos alcançarem seu pleno potencial?

Qualquer avaliação do progresso social precisa começar verificando se a sociedade é capaz e está disposta a fornecer aos seus cidadãos as necessidades humanas básicas, como alimentação adequada, atendimento médico básico, saneamento, moradia básica e segurança pessoal. Isso é um desafio nos países em desenvolvimento e muitas vezes deixa a desejar mesmo em países avançados. Embora as necessidades básicas tenham sido o foco predominante de pesquisa na economia do desenvolvimento, uma segunda dimensão do progresso social capta se a sociedade oferece componentes básicos para os cidadãos melhorarem de vida. Os cidadãos conseguem obter educação básica, ter acesso a informações e às comunicações, beneficiar-se de um sistema de saúde moderno e realizar esses objetivos de uma maneira sustentável do ponto de vista ambiental?

<sup>1</sup> Veja no Apêndice 4 a relação da literatura examinada e na seção de Agradecimentos do Relatório do Índice de Progresso Social 2014 a relação dos especialistas consultados.



Por fim, qualquer discussão sobre o progresso social precisa avaliar não simplesmente se os cidadãos conseguem melhorar de vida, mas se eles têm liberdade e oportunidades para fazer suas próprias escolhas. Direitos individuais, liberdades individuais, um ambiente de tolerância e inclusão e acesso à educação superior contribuem para o nível de oportunidades em uma sociedade.

O modelo do Índice de Progresso Social na Figura 1 reflete essas três dimensões distintas, porém inter-relacionadas. Portanto, como uma questão empírica, não consideramos que nenhuma dimensão tenha um peso mais alto a priori do que as demais; assim, o Índice é uma média simples das três dimensões do progresso social. Consideramos outros caminhos para as ponderações, como o uso dos coeficientes de uma regressão das pontuações de satisfação de vida em contraposição às pontuações das três dimensões.<sup>2</sup> Embora os resultados sejam intrigantes (e um caminho que pretendemos explorar em outros trabalhos em andamento), não acreditamos ter havido uma relação suficientemente robusta de como cada dimensão do progresso social teve importância de maneira relativa. Portanto, adotamos uma média simples das dimensões para destacar o papel crucial de cada uma delas no progresso social.

Figura 1 / Modelo dos componentes do Índice de Progresso Social



## 2.4 / COMPONENTES DE CADA DIMENSÃO

Para cada uma das três dimensões do progresso social, há quatro componentes. Os componentes, como as dimensões, são categorias de resultados e não resultados específicos. Cada componente de uma dimensão é projetado para destacar um aspecto separado do conjunto geral de resultados que a compõem, valendo-se tanto da literatura acadêmica quanto da especializada em políticas públicas. Por exemplo, a dimensão Oportunidades inclui os componentes Direitos Individuais, Liberdades Individuais, Tolerância e Inclusão e Acesso à Educação Superior. Cada um desses componentes descreve um aspecto relacionado, porém distinto, do que significa propiciar oportunidades para uma sociedade. Os componentes Direitos Individuais e Acesso à Educação

<sup>2</sup> A variável dependente dessa regressão foi a média combinada de 2009 a 2013 das respostas médias à pergunta de uma Pesquisa Mundial Gallup sobre satisfação de vida com base na Escada de Cantril em cada país.

Superior descrevem aspectos diferentes do quanto as pessoas são capazes de perseguir seus objetivos fazendo uso de suas melhores habilidades. Os componentes Liberdades Individuais e Tolerância e Inclusão descrevem aspectos diferentes do grau de limites nas pessoas. Juntos esses componentes oferecem uma maneira conceitualmente coerente de captar como as sociedades podem fortalecer (ou limitar) a autonomia, a liberdade e a capacidade das pessoas de progredir.

A escolha das dimensões e a elaboração dos componentes em cada dimensão foram feitas por meio de um processo interativo que envolveu análise da literatura e contribuições do Conselho Consultivo do Social Progress Imperative. Os componentes representam o que acreditamos ser o conjunto mais completo de amplos elementos de resultados disponíveis, considerando nosso atual entendimento a partir de diversas literaturas.

Fizemos extensas consultas a especialistas de diversas disciplinas sobre a estrutura de 12 componentes do Índice de Progresso Social para garantir que ele capte os principais aspectos do bem-estar humano, incorporando desafios como aqueles afetados pela pobreza extrema, sem no entanto ficar restrito a isso.

Como na ponderação das dimensões, a arquitetura do Índice de Progresso Social pondera igualmente os componentes para construir uma pontuação no nível das dimensões porque não há razão teórica ou empírica clara para dar uma ponderação maior a qualquer dos componentes. Por essa razão, a pontuação de cada dimensão é composta da média simples nos quatro componentes.

### 2.5 / MENSURAÇÃO DOS COMPONENTES INDIVIDUAIS

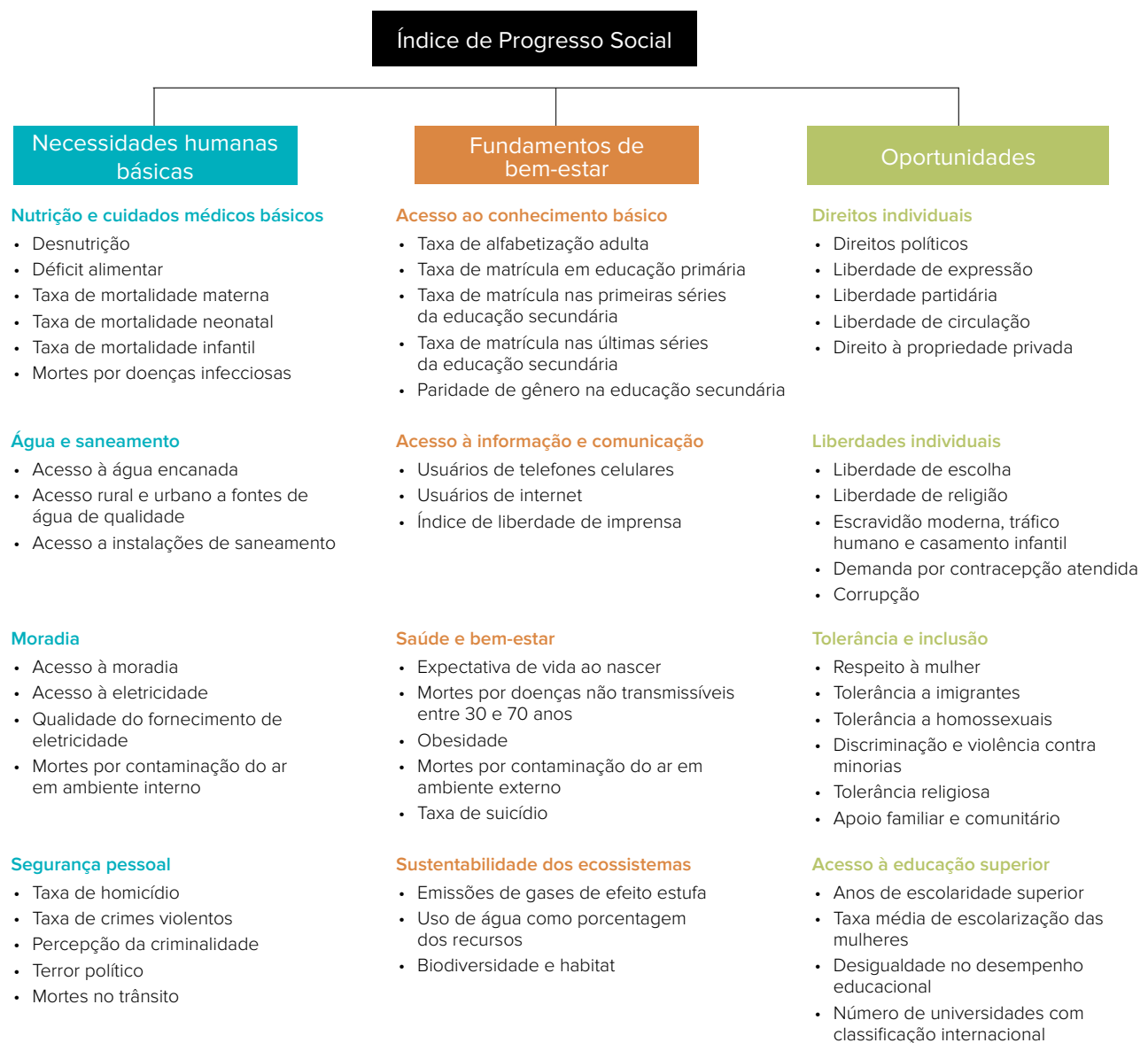
Determinados os componentes e as dimensões, o modelo do Índice de Progresso Social identifica múltiplas medidas de resultados independentes relacionadas com cada componente. Cada medida precisou atender a três critérios: validade interna, disponibilidade pública e cobertura geográfica. Cada indicador foi avaliado para garantir que os procedimentos utilizados para produzir a medida eram sólidos e captavam o que pretendiam medir (portanto, válidos internamente). Para cumprir nossas metas de transparência e reprodução independente, cada indicador precisa estar disponível gratuitamente ao público. Cada medida também precisa estar disponível para a maioria dos países da nossa amostra, senão para todos. Somente incluímos indicadores que foram bem aferidos, com metodologia consistente, pela mesma organização e em todos (ou basicamente todos) os países da amostra. A Figura 2 relaciona todas as medidas dos resultados por componente.

Como pode ser visto na Figura 2, há alguma sobreposição conceitual entre as diferentes medidas incluídas para captar diferentes aspectos do mesmo componente. Por exemplo, no componente Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, foram incluídas duas medidas que se sobrepõem: “desnutrição” e “déficit alimentar”. Para contrabalançar a sobreposição entre esses elementos, a pontuação de cada componente é calculada usando-se uma técnica padrão, a análise fatorial (AF) dos principais componentes. Ao pesquisar a melhor construção para o Índice de Progresso Social buscamos uma ponderação equalizada de indicadores em cada componente e o uso da análise fatorial para calcular pesos para cada indicador. Nesse processo constatamos que a análise fatorial ponderou muitos indicadores de uma maneira muito uniforme nos componentes, sinalizando uma boa escolha de indicadores para mensurar o conceito do componente (veja Apêndice 2 para

os pesos de 2014). No entanto, há alguns componentes que apresentam um desafio maior para serem mensurados devido à falta de dados ou à natureza divergente inerente dos dados entre os países. Essa constatação solidificou nossa decisão de usar a ponderação da AF, pois acreditamos que é importante compensar as diferenças nos dados disponíveis e nos indicadores divergentes nos componentes e em todo o Índice, permitindo que a AF pondere os indicadores de maneira apropriada para alcançar a melhor medida composta de cada componente.

Discutimos as medidas mais detalhadamente na Seção 3. De uma perspectiva metodológica, é útil observar que duas medidas comuns de validade da análise fatorial — as pontuações KMO e Cronbach — estão nas faixas consideradas aceitáveis na literatura estatística (Manly, 2004).

Figura 2/ Indicadores individuais no modelo do Índice de Progresso Social



### 3 / DADOS

#### 3.1 / FONTES E ESCOLHA DOS INDICADORES

O Índice de Progresso Social é uma medida agregada derivada de diversos indicadores de muitas organizações, desde grandes instituições, como a ONU, até ONGs como a Transparência Internacional. As fontes estão resumidas no Apêndice 1. Em alguns casos, há compensações entre a qualidade e a precisão de um indicador social e sua ampla cobertura de países e continentes. A arquitetura do índice afeta os critérios de classificação das fontes de dados. Para que a análise fatorial baseada nos principais componentes seja válida, praticamente não pode haver erros de mensuração nos indicadores usados para calcular o fator (Dunteman, 1989). Assim, é necessário uma mensuração precisa do que se pretende mensurar e fazer isso de maneira sistemática em todos os países. Nossa opção da análise fatorial como a base para agregar no nível do componente foi afetada pela qualidade e quantidade de dados disponíveis sobre o progresso social.

Semelhante à situação em meados do século 20 para a mensuração de variáveis econômicas, os cientistas sociais só recentemente começaram a construir a complexa infraestrutura necessária para montar com sucesso as pesquisas e as mensurações de grande escala necessárias para uma mensuração eficaz das questões sociais nos diversos países. Não é surpresa que a ONU e suas várias entidades tenham assumido a liderança, e incluímos dados da ONU, variando da porcentagem da população com acesso a sistema de água encanada (Programa de Monitoramento Conjunto para o Abastecimento de Água e Saneamento) até o nível de mortes por poluição do ar externo (Observatório de Saúde Global). Para outros indicadores, contamos com organizações especializadas como o Instituto de Economia e Paz, que fornece dados sobre segurança pessoal. Um dos nossos objetivos é estimular o aperfeiçoamento das fontes de dados no decorrer do tempo.

Em um esforço para mensurar somente resultados, e não contribuições, nós nos concentramos em resultados que importam para a vida de pessoas reais, e não se determinadas coisas são admissíveis legalmente ou quanto dinheiro o governo gasta. Em alguns casos, isso requer dados de pesquisas. Por exemplo, no Índice 2014 são usados seis indicadores da Pesquisa Mundial Gallup que medem as percepções das pessoas quanto às condições de vida de seu país. Outro exemplo: a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo é legal no Tajiquistão, mas segundo a pesquisa da Gallup, apenas 1% da população respondeu sim à pergunta se o Tajiquistão é um bom lugar para homossexuais. Em função de divergências como essa, concluímos que dados de pesquisas, como representação das experiências vividas pelas pessoas, são medidas melhores de resultados.

Para alguns indicadores, como Corrupção, fontes alternativas de dados forneceram indicadores similares. Avaliamos alternativas com base em validade interna, cobertura geográfica e atratividade teórica (que metodologia foi utilizada para coletar dados). A cobertura geográfica foi muitas vezes uma limitação importante. Buscamos indicadores que foram mensurados pela mesma organização em todos os países da nossa amostra inicial. Isso significou que muitos indicadores de alta qualidade não foram considerados porque cobriam apenas um subconjunto de países (por exemplo, somente a América Latina ou somente países da OCDE).

Há outros indicadores que esperamos usar no futuro, mas que ainda não foram mensurados amplamente ou de maneira padrão. Por exemplo, no componente Acesso ao Conhecimento Básico pode-se imaginar vários indicadores interessantes como as pontuações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) para medir o desempenho escolar ao invés das taxas de matrícula. Embora haja dados do Pisa para vários países, as pontuações não cobrem uma amostra de países ampla o suficiente para inclusão. Para uma avaliação em mais detalhes dessa questão veja o relatório do *Índice de Progresso Social 2014*.

O Índice de Progresso Social inclui **todos** os indicadores válidos e disponíveis ligados conceitualmente aos componentes. Contamos com a análise fatorial para extrair o sinal comum entre o conjunto de indicadores selecionados em cada área. A Figura 1 mostra a relação entre os componentes e as dimensões.

A maioria dos dados relacionados com os indicadores na forma bruta teve faixas de pontuação de 0 a 100 ou de 1 a 5. Esses indicadores são construídos para que se tenha limites superiores e inferiores claros. Outros indicadores, como Emissões de gases de efeito estufa (no componente Sustentabilidade dos Ecossistemas da dimensão Fundamentos de Bem-Estar), são variáveis que não têm limite superior *ex ante*. Para evitar que valores discrepantes distorcessem os pesos dos indicadores, convertemos os indicadores em variáveis ordinais (veja Tabela 1 para mais informações). Além disso, os indicadores que mensuram a taxa bruta de matrícula escolar foram limitados em 100% para evitar que os países fossem recompensados por alunos repetentes. Limites similares foram aplicados aos Usuários de telefones celulares (veja lista completa na Tabela 2). Essas duas transformações são aplicadas depois de todas as variáveis ausentes serem estimadas; o processo de estimativa é descrito na próxima seção.

Tabela 1 / Indicadores transformados em variáveis ordinais

VARIÁVEIS	MIN	MAX
Mortes por contaminação do ar em ambiente interno	1	3
Emissões de gases de efeito estufa	0	4

Tabela 2 / Indicadores com teto

VARIÁVEIS	MIN	MAX
Taxa de matrícula nas primeiras séries da educação secundária	0	100
Taxa de matrícula nas últimas séries da educação secundária	0	100
Paridade de gênero na educação secundária	0	1
Usuários de telefones celulares	0	100

Antes de implementar a análise fatorial, avaliamos a “adequação entre” os indicadores individuais em um componente, primeiro pelo cálculo do alfa de Cronbach para os indicadores em cada componente. O alfa de Cronbach fornece uma medida de consistência interna em todos os indicadores. A regra prática de um profissional aplicado é que o valor de alfa deve ser acima de 0,7 para qualquer agrupamento válido de variáveis (Bland e Altman, 1997). A Tabela 3 mostra valores de alfa bem acima de 0,7 para todos os componentes, exceto dois deles (Saúde e Bem-Estar e Sustentabilidade dos Ecossistemas). Embora o alfa de Cronbach seja uma boa verificação para o ajuste conceitual, ele não fornece uma medida direta da qualidade de ajuste de uma análise fatorial (Manly, 2004).

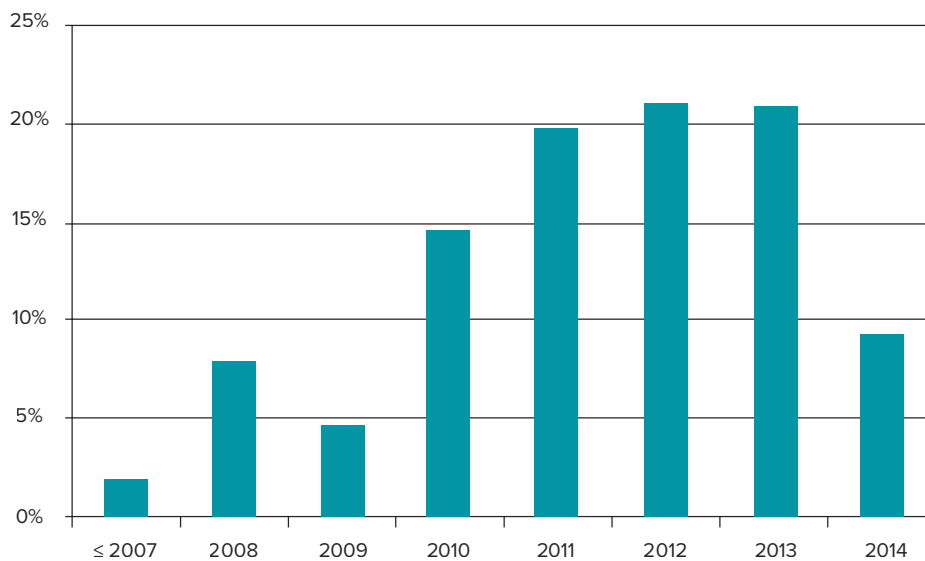
**Tabela 3 / Alfa de Cronbach para cada componente**

		ALFA DE CRONBACH
Necessidades humanas básicas	Nutrição e cuidados médicos básicos	0,95
	Água e saneamento	0,91
	Moradia	0,75
	Segurança pessoal	0,87
Fundamentos de bem-estar	Acesso ao conhecimento básico	0,93
	Acesso à informação e comunicação	0,77
	Saúde e bem-estar	0,48
	Sustentabilidade dos ecossistemas	0,28
Oportunidades	Direitos individuais	0,86
	Liberdades individuais	0,73
	Tolerância e inclusão	0,75
	Acesso à educação superior	0,87

### 3.2 / CARACTERÍSTICAS DOS DADOS POR PAÍS

O uso de dados no Índice está limitado a dados de 2004 a 2014 para todos os indicadores e países. Isso é feito para criar o índice mais atual possível e ao mesmo tempo não excluir indicadores ou países atualizados com menos frequência. O ano médio dos dados do Índice de Progresso Social 2014 é 2011. Um pequeno número de pontos de dados é de 2007 ou antes; esses são principalmente de países da OCDE e são sobre indicadores em que o progresso é feito lentamente, como taxas de alfabetização, acesso à eletricidade e mortes decorrentes de poluição do ar interno. A Figura 3 abaixo mostra a porcentagem de pontos de dados de cada ano em todos os países no Índice.

Figura 3 / Porcentagem de pontos de dados publicados em cada ano



### 3.3 / DIFERENÇAS REGIONAIS

A natureza de um índice global é medir o desempenho dos países como um todo em um determinado conjunto de indicadores. Isso é importante e útil para comparar os países uns com os outros e avaliar tanto o progresso quanto o desempenho ruim para encontrar melhores práticas e áreas-alvo que precisam ser melhoradas. Muitas políticas e investimentos que afetam o progresso social também são definidas em âmbito nacional. No entanto, embora o Índice de Progresso Social dê uma visão do desempenho médio dos países, os dados agregados podem obscurecer diferenças substanciais no desempenho regional e por país. Esses padrões subnacionais são importantes quando um país está examinando políticas públicas, em especial em nações geograficamente grandes. Embora o Índice de Progresso Social seja um ótimo ponto de partida para o direcionamento de sucessos e desafios, futuras pesquisas ou índices no nível subnacional darão maior clareza. Temos várias iniciativas em andamento que serão apresentadas em relatórios futuros.

### 3.4 / ESTIMATIVAS PARA VALORES AUSENTES

Escolhemos com muito critério o conjunto de países para 2014, para que se tivesse a maior cobertura possível em todos os indicadores, sem prejudicar a qualidade estatística do Índice. Nosso conjunto final de países exclui nações com não mais de um valor ausente em qualquer dado componente. Em casos raros, um país não terá um valor para um dado indicador devido à falta de cobertura pela fonte, informações incompletas do país às organizações internacionais ou apenas dados anteriores a 2004. Nesses casos, os valores são estimados recorrendo-se a um processo de regressão aplicado no nível dos componentes. Em situações excepcionais, são aplicadas estimativas qualitativas e por grupo de corte. Limitar a regressão aos indicadores dos componentes permite preservar o sinal fornecido pelo indicador ao cálculo da análise fatorial do componente. Por exemplo, se faltar um valor a um país para a mensuração da Demanda por contracepção atendida, os outros quatro indicadores de Liberdades Individuais são usados como variáveis independentes para prever um valor fazendo a regressão sobre a Demanda por contracepção atendida fazendo uso do conjunto de países da amostra. A estimativa dos valores ausentes é necessária antes da realização de uma AF, que requer um conjunto de dados completo para garantir a solidez dos resultados.

Por fim, transformamos alguns indicadores para que em cada caso um valor maior significasse melhor progresso social. Por exemplo, uma pontuação mais alta no indicador Discriminação e violência contra minorias é transformada para que um valor mais alto signifique melhor progresso social. Para clareza e facilidade de interpretação, transformamos todas as medidas para que uma pontuação mais alta no indicador correspondesse a uma pontuação mais alta no Índice de Progresso Social como um todo.

## 4 / CÁLCULO DO ÍNDICE

### 4.1 / PESOS E AGREGAÇÃO DOS INDICADORES

A análise fatorial (AF) utiliza a covariância comum em todos os indicadores em cada componente para calcular um conjunto de pesos que faça com que seja possível criar um valor agregado dentre muitos indicadores (Manly, 2004). Esse valor agregado é chamado de fator. Se os indicadores em um componente forem bem escolhidos, esse fator extrairá uma pontuação que pode ser usada como medida sintética válida do componente em todos os países. A AF fornece um conjunto de pesos para as variáveis básicas em cada componente para registrar essas variáveis eventualmente correlacionadas.

O componente Saúde e Bem-Estar tem indicadores que sinalizam essa divergência em dois agrupamentos separados de valores correlacionados. Nesse caso, a AF é utilizada para ponderar os indicadores em grupos de sinais semelhantes e esses dois subcomponentes são então igualmente ponderados para somar ao valor do componente.

Depois de realizar a AF em cada componente, avaliamos a qualidade de ajuste fazendo uso da medida de Kaiser-Meyer-Olkin de adequação da amostra. Os resultados dessa análise estão na Tabela 4. Em geral, as pontuações KMO devem ficar acima de 0,5. Nos nossos dados, a pontuação



KMO média é igual ou superior a 0,5 para todos os componentes, com exceção de dois. Assim, o agrupamento de indicadores escolhidos para os componentes do Índice de Progresso Social parece fornecer uma boa medida da construção básica, em especial para uma AF exploratória e não confirmatória. As duas exceções são os componentes Saúde e Bem-Estar e Sustentabilidade dos Ecossistemas. Uma KMO de 0,40 não é surpreendente nem altamente preocupante já que os indicadores para Sustentabilidade dos Ecossistemas são muito diferentes devido à ampla abrangência do componente. Além disso, como as medidas estatísticas para Sustentabilidade dos Ecossistemas são relativamente novas e não muito institucionalizadas, em comparação com outros componentes, espera-se que algum ruído nos dados faça com que a KMO seja reduzida. Como mencionado acima, o componente Saúde e Bem-Estar tem indicadores tendendo para duas direções: uma capta questões de saúde mais predominantes em nações em desenvolvimento e a outra questões de saúde mais proeminentes em nações desenvolvidas; a combinação das duas produz uma KMO média mais baixa.

Tabela 4 / Medida Kaiser-Meyer-Olkin média da adequação da amostra para cada componente

DIMENSÃO	COMPONENTE	KMO MÉDIA
Necessidades humanas básicas	Nutrição e cuidados médicos básicos	0,84
	Água e saneamento	0,71
	Moradia	0,71
	Segurança pessoal	0,81
Fundamentos de bem-estar	Acesso ao conhecimento básico	0,82
	Acesso à informação e comunicação	0,63
	Saúde e bem-estar	0,49
	Sustentabilidade dos ecossistemas	0,40
Oportunidades	Direitos individuais	0,81
	Liberdades individuais	0,68
	Tolerância e inclusão	0,70
	Acesso à educação superior	0,69

Os valores dos componentes individuais são calculados somando-se as pontuações ponderadas para chegar ao componente

Fórmula 4.1

$$Componente_c = \sum (w_i * indicador_i)$$

onde os pesos ( $w$  na equação) são determinados por meio da AF. Veja o Apêndice 2 para uma relação completa dos pesos ( $w$ ) e os valores correspondentes em uma escala de 0 a 1 para facilitar a interpretação.

## 4.2 / PONTUAÇÕES DOS COMPONENTES

O passo final no cálculo de cada componente é fornecer transparência e comparabilidade em todos os componentes. Nossa meta é transformar os valores para que as pontuações dos componentes possam ser facilmente interpretadas, tanto em relação aos outros componentes quanto entre os países. Para isso, calculamos as pontuações usando um conjunto de dados de cenário estimado de melhor e pior caso, além dos dados por país. As pontuações de melhor e pior caso são definidas no nível dos indicadores de acordo com a definição de cada ponto de dados. Para os indicadores que não têm um limite claro de melhor ou pior ou onde a probabilidade de alcançar um limite é extremamente improvável, como na mortalidade infantil onde o pior caso teórico seria que todas as crianças entre 1 e 5 anos morressem, utilizamos um limite baseado no pior desempenho registrado desde 2004 em todos os anos e países disponíveis no conjunto de dados dos indicadores como disponível na fonte, não apenas na nossa amostra de países. As séries de dados de melhores e piores casos estão incluídas no conjunto de países da amostra quando a AF é aplicada. Veja o Apêndice 3 para os valores específicos utilizados para os limites de cada indicador.

Esse processo permite que os países sejam pontuados em uma escala de 0 a 100, com 100 sendo o melhor caso estimado e 0 significando o pior caso estimado no nível do componente. A fórmula seguinte é utilizada para calcular uma pontuação de componente para cada país:

Fórmula 4.2

$$\frac{(X_j - \text{pior caso})}{(\text{melhor caso} - \text{pior caso})}$$

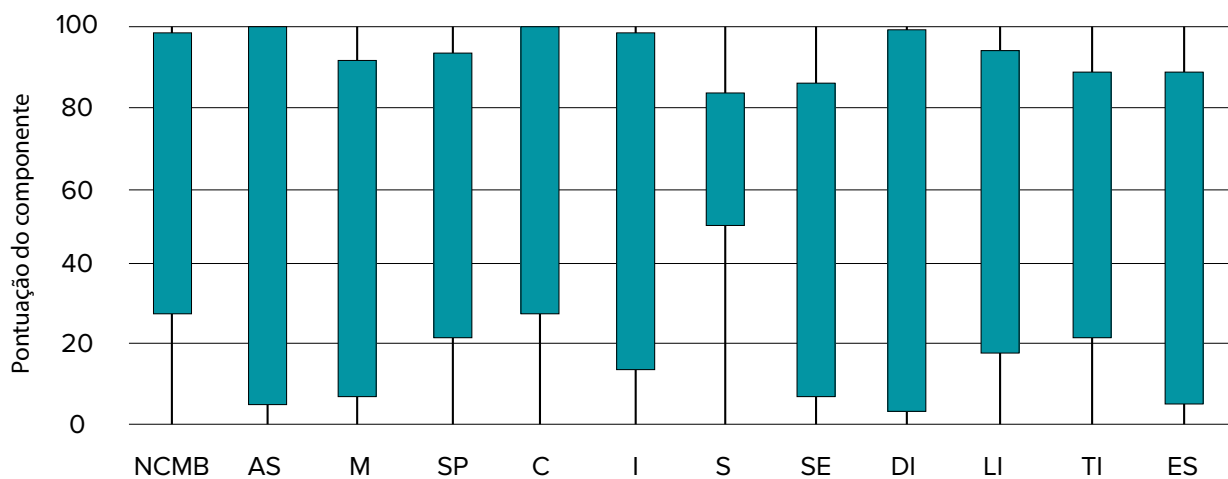
onde  $X_j$  é o valor bruto do componente para cada país. As estatísticas resumidas depois dessa transformação final dos dados estão na Tabela 5.

**Tabela 5 /** Estatísticas resumidas para cada componente por dimensão em todos os países do Índice de Progresso Social 2014

	VARIÁVEIS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MIN	MAX
Necessidades humanas básicas	Nutrição e cuidados médicos básicos	84,12	15,90	27,58	98,78
	Água e saneamento	73,11	26,46	4,75	100,00
	Moradia	60,85	22,58	6,38	91,81
	Segurança pessoal	61,94	17,86	21,52	93,45
Fundamentos de bem-estar	Acesso ao conhecimento básico	83,62	17,53	28,01	99,75
	Acesso à informação e comunicação	61,07	20,00	13,25	98,82
	Saúde e bem-estar	72,46	6,96	49,93	83,26
	Sustentabilidade dos ecossistemas	52,97	16,06	6,74	86,13
Oportunidades	Direitos individuais	55,55	24,31	2,40	98,80
	Liberdades individuais	67,52	12,87	17,62	94,00
	Tolerância e inclusão	51,08	15,14	21,34	88,44
	Acesso à educação superior	39,78	20,05	4,72	89,37

Há diferenças entre os componentes em termos da variação da pontuação geral, que estão mostradas na Figura 4. Por exemplo, alguns componentes têm uma alta variação geral (como Água e Saneamento), porque alguns países pontuam perfeitamente sem necessidade de aperfeiçoamento, enquanto outros se esforçam para atender a essas necessidades de infraestrutura. Outros componentes, como Saúde e Bem-Estar, têm uma variação muito menor, devido em parte aos grandes avanços mundiais em saúde desde 2004. Mesmo para esse componente, no entanto, há muito espaço para aperfeiçoamento.

**Figura 4 /** Distribuição da pontuação dos componentes



### 4.3 / PONTUAÇÕES DAS DIMENSÕES

A Tabela 6 fornece estatísticas resumidas das dimensões, onde a pontuação de cada dimensão é a média dos quatro componentes que formam essa dimensão (veja fórmula abaixo).

Fórmula 4.3 
$$Dimensão_d = 1/4 \sum_c Componente_c$$

Tabela 6 / Estatísticas resumidas para cada dimensão

	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MIN	MAX
Necessidades humanas básicas	70,01	18,77	25,94	95,73
Fundamentos de bem-estar	67,53	11,42	41,34	89,78
Oportunidades	53,48	15,56	24,31	88,01

### 4.4 / PONTUAÇÕES DO ÍNDICE

O Índice geral é calculado como a média simples das três dimensões. Assim, o Índice geral é calculado como:

Fórmula 4.4 
$$IPS = 1/3 \sum_d Dimensão_d$$

No Índice 2014, as pontuações variam de 32,60 a 88,24. Espera-se que a variação das pontuações diminua ao se fazer a média das pontuações, primeiro nas dimensões e depois em um índice.

### 5 / AVALIAÇÃO DOS PONTOS FORTES E FRACOS RELATIVOS DOS PAÍSES

As pontuações nos componentes, nas dimensões e no Índice de Progresso Social como um todo variam de 0 a 100, com 100 sendo a pontuação que um país alcançaria se tivesse a pontuação mais alta possível em todos os indicadores, e 0 a pontuação mais baixa possível em todos os indicadores. Melhor e pior são determinados como descrito acima. Com essa escala, é possível avaliar o desempenho de um país em relação à melhor e à pior pontuação possível.

Em alguns casos, também é útil comparar o desempenho de um país com outros países em um nível semelhante de desenvolvimento econômico. Por exemplo, um país de renda mais baixa pode ter uma pontuação baixa em um determinado componente, mas pode superar em muito as pontuações características para países com renda per capita similar. Ao contrário, um país de renda alta pode ter uma pontuação absoluta alta em um componente, mas ainda assim ficar abaixo do que é característico para países comparativamente ricos. Por essa razão, desenvolvemos uma metodologia para apresentar os pontos fortes e fracos dos países em termos relativos e não absolutos, comparando o desempenho de um país com o de seus pares econômicos. No grupo de países análogos, amarelo significa que o desempenho de um país é característico de países do seu nível de desenvolvimento econômico, verde significa que o país tem um desempenho substancialmente melhor do que seu grupo de pares e vermelho significa que o país tem um desempenho substancialmente pior do que seu grupo de pares.

Agrupamentos-padrão de países, como as classificações feitas pelo Banco Mundial, não são apropriados para os nossos propósitos por duas razões. Primeiro, os agrupamentos são muito grandes, representando faixas excessivamente amplas de desempenho social e, portanto, poucos pontos fortes e fracos relativos. Segundo, usando esses grupos, os países no topo ou na base de um grupo podem parecer ter um número ilusoriamente grande de pontos fortes ou fracos simplesmente porque o grupo com o qual país está sendo comparado está em um nível muito mais baixo ou mais alto de desenvolvimento econômico. Portanto, definimos o grupo dos pares econômicos de um país como os 15 países mais próximos em PIB per capita em PPC. Depois de testes significativos, constatamos que agrupamentos maiores resultaram em uma faixa mais ampla de pontuações características e, portanto, poucos pontos fortes e fracos relativos. Agrupamentos menores se tornam muito sensíveis a valores atípicos.

Uma vez estabelecido o grupo de países de comparação, o desempenho do país é comparado à mediana do desempenho dos países do grupo. Utiliza-se a mediana e não a média para minimizar a influência de valores discrepantes. Se a pontuação de um país for maior (ou menor) do que o desvio absoluto médio da mediana do grupo de comparação, considera-se um ponto forte (ou fraco). As pontuações que ficam em um desvio absoluto médio estão dentro da faixa de pontuações esperadas e não são consideradas pontos fortes nem fracos.

Quando a distribuição das pontuações no nível do componente fica muito próxima da mediana com pouca variação para avaliar os pontos fortes e fracos relativos, uma faixa de 1% em torno da mediana é utilizada para determinar os pontos fortes e fracos.

### 6 / COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS ANO A ANO E O ÍNDICE BETA 2013

A construção do Índice 2014 destina-se a permitir comparações entre as dimensões e o desempenho dos componentes. O novo cálculo de pontuações baseado nos países com melhores e piores casos cria uma escala de 0 a 100 que continuará consistente nos próximos anos. No entanto, é importante observar que os pesos dos indicadores nos componentes podem variar um pouco com o tempo, tornando algumas comparações ano após ano menos diretas. Apesar disso, considerando a escolha de usar a AF, o conceito mensurado por componente será comparável no decorrer do tempo.

O Índice de Progresso Social 2013 foi lançado em abril de 2013 como uma versão beta com a intenção declarada de receber feedback e sugestões para aperfeiçoamentos. Durante o segundo semestre de 2013, a equipe do Social Progress Imperative participou de diálogos com grupos bem-informados e interessados, consultou especialistas e respondeu a indagações. O Índice de Progresso Social 2014 é resultado dessas amplas consultas e, devido a aperfeiçoamentos com base nessas consultas, não pode ser comparado à versão beta de 2013 do Índice. A equipe é grata a todos que contribuíram para esse processo (veja Agradecimentos no relatório do *Índice de Progresso Social 2014*).

Foram feitas revisões em todos os 12 componentes para melhorar a mensuração dos conceitos. Uma mudança fundamental foi remover todos os indicadores proprietários e personalizados. Em alguns casos, identificamos fontes disponíveis publicamente de indicadores similares para serem usados; em outros, os indicadores de 2013 foram simplesmente removidos. Do feedback que recebemos, acreditamos que a maior transparência e a capacidade de referência a fontes originais supera a perda desses indicadores.

Por meio de consultas, também identificamos melhores medidas e fontes para os indicadores existentes e descobrimos novos indicadores que melhoram a mensuração dos conceitos dos componentes. A estrutura geral do modelo, de três dimensões com quatro componentes cada e dos melhores dados disponíveis para os indicadores em cada componente, por sua vez, recebeu feedback positivo e não foi alterada.

#### *Alterações por componente*

**Nutrição e Cuidados Médicos Básicos:** o indicador Prevalência de tuberculose foi substituído pelo mais inclusivo Mortes por doenças infecciosas, que também inclui Mortes por HIV/Aids (antes no componente Saúde e Bem-Estar).

**Água e Saneamento (antes Ar, Água e Saneamento):** o Índice de Progresso Social 2013 incluiu os indicadores Mortes por contaminação do ar em ambiente interno e Mortes por contaminação do ar em ambiente externo. No Índice de Progresso Social 2014, o indicador Mortes por contaminação do ar em ambiente interno foi transferido para o componente Moradia e o indicador Mortes por contaminação do ar em ambiente externo foi transferido para o componente Saúde e Bem-Estar, onde se encaixam melhor, conceitual e estaticamente. O indicador Acesso a tratamento de esgoto foi removido por não estar disponível publicamente. Nenhum substituto adequado foi encontrado.

**Moradia:** a fonte para o indicador Acesso à eletricidade foi alterada para uma fonte de dados mais completa: a iniciativa da ONU Energia Sustentável para Todos. Como somente o acesso não dá um quadro completo da confiabilidade da eletricidade, foi acrescentado o indicador Qualidade do fornecimento de eletricidade (a partir de dados do Fórum Econômico Mundial).

**Segurança Pessoal:** os acidentes de trânsito estão entre as dez principais causas de morte no mundo.<sup>3</sup> Assim, foi acrescentado o indicador Mortes no trânsito (a partir de dados da Organização Mundial da Saúde) a esse componente.

**Acesso ao Conhecimento Básico:** o indicador Taxa de matrícula em educação secundária 2013 foi dividido em dois indicadores para 2014: Taxa de matrícula nas primeiras séries da educação secundária e Taxa de matrícula nas últimas séries da educação secundária para captar melhor a educação secundária parcial e a evasão escolar. O indicador Taxa média de escolarização das mulheres foi transferido para o componente Acesso à Educação Superior. Foi acrescentado Paridade de gênero na educação secundária.

**Acesso à Informação e Comunicação:** como não foi possível determinar quantas pessoas acessam a internet por banda larga, o indicador Assinaturas de banda larga foi removido.

**Saúde e Bem-estar:** Mortes por doenças não transmissíveis entre 30 e 70 anos substituiu o indicador de 2013 Mortes por doença cardiovascular ou diabetes. O novo indicador é mais amplo em termos de doenças mensuradas e mais focado nas mortes com mais probabilidade de serem prevenidas. Acesso a cuidado médico de qualidade foi considerado muito subjetivo e removido. Foi acrescentado Taxa de suicídio, como um substituto limitado mas mais disponível para saúde mental. Como mencionado acima, Mortes por HIV foi removido desse componente e substituído por Mortes por doenças infecciosas no componente Nutrição e Cuidados Médicos Básicos. Mortes por contaminação do ar em ambiente externo foi transferido para esse componente, sendo retirado do componente Ar, Água e Saneamento de 2013.

**Sustentabilidade dos Ecossistemas:** a estrutura do componente Sustentabilidade dos Ecossistemas em 2013 penalizou injustamente países ricos em recursos. Os indicadores foram modificados para avaliar melhor a extensão em que um país utiliza seus recursos de maneira sustentável. O componente Sustentabilidade dos Ecossistemas do Índice de Progresso Social 2014 inclui três novos indicadores, mensurando o uso do solo, ar e água. Emissões de gases de efeito estufa por US\$ 1.000 do PIB substitui o mais limitado Emissões de CO<sub>2</sub> per capita de 2013, que recompensava países com níveis mais baixos de desenvolvimento econômico. O indicador Uso de água como porcentagem dos recursos substitui Uso de água per capita de 2013 para fornecer uma medida mais precisa de quanto os países utilizam seus recursos de maneira sustentável. Biodiversidade e habitat foi acrescentado para captar a proteção dada pelos países às áreas terrestres e marinhas e também às espécies ameaçadas ou em perigo de extinção.

**Direitos Individuais:** o indicador Liberdade de circulação foi acrescentado para captar a liberdade dos cidadãos de viajar em seu próprio país e também de deixar o país e retornar. O Direito de propriedade às mulheres foi removido por não estar disponível publicamente na fonte.

<sup>3</sup> <http://who.int/mediacentre/factsheets/fs310/en/>

**Liberdades Individuais:** o indicador proprietário Liberdades religiosas básicas foi substituído pelo indicador Liberdade de religião publicamente disponível (Pew Charitable Trusts). O indicador Taxa de utilização de anticoncepcionais foi substituído pelo indicador Demanda por contracepção atendida, que cobre mais países e exclui as mulheres que abrem mão da contracepção por escolha. A recém-criada medida da Fundação Walk Free, o Índice de Escravidão Global, preenche uma deficiência de dados e é usado como nossa medida de Escravidão moderna, tráfico humano e casamento infantil. Também foi acrescentado o indicador Corrupção (Transparência Internacional). Por fim, Acesso a creches e serviços de cuidados infantis foi removido porque os dados não estão disponíveis publicamente na fonte.

**Tolerância e Inclusão:** o nome desse componente foi mudado de Tolerância e Respeito para Tolerância e Inclusão para refletir melhor os conceitos medidos pelos indicadores. O indicador proprietário Igualdade de oportunidades para minorias foi substituído pelo indicador disponível publicamente Discriminação e violência contra minorias (Descontentamento de Grupos no Índice de Estados Falidos do Fundo para a Paz). Foi acrescentada uma medida de Tolerância religiosa (Pew Charitable Trusts) ao componente.

**Acesso à Educação Superior:** Taxa de matrícula no ensino superior foi substituído por Anos de escolaridade superior, medida melhor do nível de instrução. Taxa de matrícula feminina no ensino superior foi substituído pela medida levemente diferente Taxa média de escolarização das mulheres (antes no componente Acesso ao Conhecimento Básico), que fornece um quadro mais completo da escolaridade das mulheres. Foram acrescentados dois novos indicadores: uma medida de Desigualdade no desempenho educacional (Programa da ONU para o Desenvolvimento) e uma medida de Número de universidades com classificação internacional.

## 7 / CONCLUSÃO

O Índice de Progresso Social fornece referências úteis com as quais os países podem se comparar a outros e identificar áreas específicas de pontos fortes ou fracos. Além disso, a pontuação em uma escala de 0 a 100 dá aos países referências realistas ao invés de uma medida abstrata. Essa escala nos permite acompanhar o desempenho absoluto, e não apenas relativo, dos países no decorrer do tempo em cada componente, dimensão e no modelo como um todo.

Os resultados do Índice de Progresso Social 2014, encontrados no relatório principal, são um ponto de partida para muitos caminhos de pesquisa sobre as maneiras pelas quais um país é bem-sucedido ou não e que conclusões podem ser tiradas sobre o efeito geral do progresso social no crescimento econômico e na satisfação de vida. Além disso, embora as pontuações não agregadas forneçam uma ideia do comportamento dos diferentes componentes que contribuem para o desempenho de um país, acreditamos que a não agregação em um país (por exemplo, regional ou estadual) também fornece informações importantes e úteis para aqueles que procuram aumentar o progresso social, e aplicar o modelo nesse nível será um foco importante de pesquisa no próximo ano.



# CAPÍTULO 2

Fundamentos conceituais do Índice de Progresso Social

Patrick O’Sullivan, professor de Ética Empresarial, Escola de Administração de Grenoble e Universidade de Varsóvia

### 1 / FUNDAMENTOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL: ALGUMAS QUESTÕES ESSENCIAIS

Quando nos aventuramos corajosamente a definir (mais) um índice para medir, de alguma forma, o desenvolvimento socioeconômico e, deste modo (esperamos), o progresso humano, aguarda-nos inevitavelmente abaixo da superfície uma série de questões filosóficas bastante perturbadoras. Evidentemente, o Índice de Progresso Social foi concebido, a princípio, com uma intenção decididamente pragmática ou, pelo menos, orientada para a política, para oferecer uma nova métrica do progresso social, mais ampla e equilibrada, que pudesse servir como indicador de desempenho para os países e seus formuladores de políticas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, humano e social. Mas a construção do índice pode levantar uma série de questões de natureza filosófica para qualquer usuário potencial com pensamento crítico.

O que constitui o *progresso* social em primeiro lugar?

Será que a ideia de que as sociedades progredem não pressupõe um conceito claramente ocidental da história humana como uma progressão linear (ainda que com flutuações cíclicas em torno da tendência de longo prazo)? Esse não seria um conceito contestado por muitas filosofias orientais, cuja concepção da história humana é bastante circular (a grande roda da vida, reencarnação e carma)?

Inevitavelmente, as tentativas de identificar o progresso se propagam em perguntas sobre o que constitui a felicidade ou o bem-estar humanos. Essa é uma questão notoriamente difícil, que tem exercitado as mentes de grandes pensadores ao longo de muitos séculos. Portanto, não deveria nos surpreender o fato de que, ao construir um índice que de alguma forma pretenda medir o progresso para o bem-estar, haveria diversas visões sobre o que incluir. Como o Índice de Progresso Social lida com isso?

Também foram sugeridos alguns outros índices para medir a felicidade humana geral que, de fato, a mediram concretamente em anos recentes. Por que, então, criar mais um índice e em que o Índice de Progresso Social difere dos outros?

Entrando nos pormenores do Índice de Progresso Social (onde supostamente estaria o problema), qual é a razão para se excluir o Produto Interno Bruto per capita (PIB) do índice, em contraste com a maioria dos demais índices de felicidade ou progresso social sugeridos?

Ao assumir posições sobre quais elementos incluir em qualquer índice, estamos inevitavelmente ponderando o que constitui o bem-estar humano, e isso, de uma forma ou de outra, envolve fazer julgamentos que, fatalmente, não só serão contestados por alguns ou diversos comentaristas, como também parecerão indefensáveis para aqueles pesquisadores das ciências humanas de tendências positivistas, alérgicos à presença de qualquer tipo de discurso normativo nas ciências.

Fica claro, então, que a construção do Índice de Progresso Social levanta uma série de questões essencialmente filosóficas, e o objetivo deste capítulo é abordá-las com transparência e de maneira a afirmar abertamente a posição filosófica assumida pelo Índice de Progresso Social a esse respeito. Vamos abordar essas questões na seguinte ordem (de crescente abstração filosófica). Começaremos com uma breve discussão sobre alguns dos principais índices de desenvolvimento socioeconômico alternativos que foram propostos e medidos recentemente. Apontaremos os contrastes entre eles e o

Índice de Progresso Social antes de desenvolver o raciocínio que sustenta especificamente nosso índice e nossas razões para levá-lo adiante como uma melhor alternativa para fins de orientação de políticas de desenvolvimento. Em seguida, trataremos das dificuldades que cercam as definições de felicidade e bem-estar para chegar a uma posição definitiva (e, tomara, equilibrada) em nosso próprio ponto de vista sobre o bem-estar. Será reconhecido abertamente que essa posição baseia-se no fundamento de certos juízos de valor normativos que fazemos explícita e transparentemente e, ainda que o uso explícito do discurso normativo possa parecer chocante para os pesquisadores mais positivistas das ciências humanas, será demonstrado que, na verdade e em todo caso, toda a ciência humana é irremediavelmente carregada de valor. O capítulo será encerrado com algumas reflexões filosóficas de sondagem um pouco mais profundas sobre o possível caráter ideológico da inclusão do PIB e sobre as implicações perturbadoras para toda a forma de pensar o “progresso” implícitas na sabedoria oriental.

### 2 / UMA PROFUSÃO DE ÍNDICES

Nos últimos anos, temos visto uma proliferação de índices apresentados como alternativas ao PIB per capita para medir o desenvolvimento econômico e social, tais como indicadores de desempenho macroeconômico geralmente adotados para os estados-nações, mas também para regiões ou blocos comerciais regionais. O aparecimento desses índices é a prova de uma ampla insatisfação com a medida baseada no PIB. Como prelúdio para a defesa filosófica do Índice de Progresso Social e para mostrar o porquê deste ter sido concebido da forma como foi, vamos apresentar uma breve revisão de algumas das principais medidas alternativas de macro desempenho socioeconômico.

O próprio PIB é, naturalmente, o índice mais antigo a ser medido sistematicamente. Remontando ao trabalho de Simon Kuznets para a Agência Nacional de Pesquisas Econômicas dos EUA (NBER) na década de 1930, o PIB efetivamente mede a soma total de bens, serviços e atividades produzidos dentro de uma área geográfica definida, em um determinado período de tempo (geralmente um ano). Portanto, não é nada mais que uma medida da produção agregada em uma área geográfica delimitada. Que essa medida de produção agregada, ou pelo menos sua versão *per capita* (PIB per capita da população) tenha se tornado tão amplamente utilizada e interpretada como medida de felicidade ou bem-estar, é surpreendente. Contudo, foi isso o que aconteceu, como comprova uma olhada superficial em qualquer jornal econômico que compare o desempenho nacional, ou em relatórios de governos ou ONGs. Quando medimos as taxas de crescimento na Economia, estamos medindo a taxa anual proporcional de variação do PIB ou PIB per capita nas economias, e é quase universalmente aceito que o crescimento econômico é bom para a humanidade. Basta considerar a principal questão que assombra os economistas europeus nos dias de hoje: retomada do crescimento econômico para as muitas economias europeias estagnadas, já que se presume que, com o retorno do crescimento, tudo voltará a ficar bem.

No entanto, como qualquer estudante do primeiro ano de Economia em qualquer universidade que promova um mínimo pensamento crítico pode perceber, o uso do PIB como medida de felicidade ou bem-estar envolve um grave erro de lógica. Mais basicamente, por que a soma total da produção de bens materiais deveria ser equiparada à soma total de felicidade em uma comunidade? Fazer essa equiparação não é fazer um julgamento grosseiramente materialista? Além disso, e quanto aos bens gratuitos que podem estar disponíveis, ou o tempo de lazer? Poderíamos aumentar o PIB de uma comunidade simplesmente trabalhando todas as horas do dia, sem qualquer tempo

para diversão, mas será que dessa forma estaríamos realmente aumentando nossa felicidade ou nosso bem-estar? Quanto maior o número de bens disponíveis gratuitamente por natureza, sem que precisemos labutar para produzi-los, presumivelmente, maior será o bem-estar humano, mas... **menor** será o PIB. Os dois últimos pontos levam à preocupante conclusão de que, no Paraíso, o PIB seria... **zero!** Essas considerações poderiam não ter muita importância se a quantidade disponível de lazer ou de bens gratuitos fosse essencialmente a mesma em todas as comunidades humanas, mas o fato é que ela difere largamente (como se pode perceber a partir das medições do Índice de Progresso Social e outros). Outra objeção fundamental a qualquer interpretação do PIB como medida de felicidade e de certo modo relacionada com o ponto de bens gratuitos é que o PIB praticamente não leva em conta os danos ambientais gerados no processo de produção, e o que é pior: se a regulamentação ambiental (baseada, por exemplo, no princípio do poluidor-pagador) provoca o aumento dos custos de produção para as empresas, isso na verdade aumenta o PIB.

À luz dessas objeções básicas, é de fato completamente indefensável que se continue a usar o PIB como forma de medir o bem-estar, e é de se levantar sérias reflexões o fato de que o próprio Kuznets, pai da medição sistemática do PIB, já havia alertado que *“o bem-estar de uma nação dificilmente pode ser inferido a partir de uma medida de renda nacional”*<sup>4</sup>. Há outras objeções de natureza mais técnica para o cálculo do PIB, mesmo como medida de produção, tais como a sua incapacidade de medir a economia paralela invisível ou as suposições feitas no cálculo da contribuição do setor público para agregar a produção, mas essas questões não são relevantes agora.

A primeira tentativa de ir além do PIB para desenvolver um índice alternativo de desempenho macroeconômico foi o Índice de Desenvolvimento Humano de Amartya Sen e Mahbub ul Haq, desenvolvido em 1990 a pedido do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com vistas a obter uma imagem mais precisa do desenvolvimento social do que o simples crescimento do PIB. Esse índice leva em conta, bem como a média do PIB per capita<sup>5</sup>, o nível médio de escolaridade da população da região ou Estado, quantificado pela média de anos de estudo<sup>6</sup>, e a expectativa média de vida ao nascer dessa população (considerada um indicador da saúde). A partir de 2010, uma segunda versão do índice foi desenvolvida incluindo também a desigualdade, medida pelo índice de desigualdade de Atkinson. Esses índices, sem dúvida, marcam uma progressão da medida do PIB como indicador de bem-estar, já que a saúde é claramente fundamental para a felicidade, enquanto que os níveis de escolaridade seriam considerados pela maioria como um ingrediente para uma vida melhor e mais realizada. A inclusão da desigualdade talvez envolva uma visão mais politizada do que constitui o bem-estar de uma comunidade. De toda forma, é claro que os juízos de valor envolvidos em todo esse exercício de construção de índices de progresso já estão se tornando aparentes. Abordaremos essa questão metodológica a seguir.

Há também uma série de índices que se proclamam identificadores de felicidade, como por exemplo o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB: na verdade, medido e usado para fins de política econômica no Butão) ou o Relatório da Felicidade Global. O índice butanês FIB surge do pensamento budista, que enfatiza o desenvolvimento da harmonia em todas as esferas da vida. Em vez de medir a felicidade subjetiva sentida pelo povo butanês, o FIB é, na verdade, uma mistura de indicadores e busca medir

<sup>4</sup> KUZNETS S (1934) *“National Income, 1929–1932”*. 73ª Legislatura do Congresso dos EUA, 2ª sessão, documento do Senado n.º 124, página 7.

<sup>5</sup> Desde 2010, o PIB per capita foi substituído pela renda nacional bruta per capita, mas este é um primo próximo do PIB baseado no lucro gerado pela produção de residentes do Estado ou região, por oposição ao valor dos rendimentos produzidos dentro do Estado ou região. A diferença entre os dois é o *fator de renda líquida recebida do exterior*.

<sup>6</sup> Antes de 2010, o componente educacional era medido pela taxa de alfabetização.

o desenvolvimento sustentável, a preservação dos valores culturais e do meio ambiente e medidas de um bom governo (o que quer que isso seja). O FIB baseia-se significativamente em elementos não quantificáveis e, quando os quantifica, tende a examinar *dados* para a felicidade em vez de felicidade *efetiva*. Todavia, é digno de menção por ter sido utilizado por pelo menos um Estado. Também tem servido como inspiração para outras tentativas de construir índices de felicidade mais precisos e sofisticados, baseados em estudos psicológicos de felicidade e/ou bem-estar.

Os frutos desses estudos foram concentrados no Relatório da Felicidade Global (RFG)<sup>7</sup>, outra iniciativa que parte da Organização das Nações Unidas e, em particular, de uma resolução da Assembleia Geral da ONU pedindo aos Estados do mundo que meçam a felicidade de seu povo para servir basicamente como um guia para políticas. O RFG mede o bem-estar *subjetivo* vivenciado pelos indivíduos na sociedade e foi significativamente influenciado, tanto por estudos psicológicos sobre a felicidade individual, quanto por uma perspectiva individualista metodológica: o bem-estar social é visto como a soma total da felicidade subjetiva dos indivíduos. O RFG examina, portanto, os diferentes fatores que podem explicar as tendências da felicidade, como o PIB per capita, a expectativa de vida saudável, o apoio social, a generosidade, a liberdade para fazer escolhas de vida e, finalmente, a percepção da corrupção. Em sua tentativa de uma interpretação mais ampla dos componentes da felicidade, há uma certa afinidade com nosso Índice de Progresso Social, mas duas diferenças fundamentais permanecem: primeiro, o fato de que o Índice de Progresso Social exclui o PIB per capita; segundo, a constatação de que o RFG permanece atado a uma concepção essencialmente utilitária do bem-estar, enquanto que o Índice de Progresso Social considera uma visão *eudaimônica*<sup>8</sup> mais ampla. Além disso, embora os autores do índice reconheçam o equívoco constante entre os termos bem-estar e felicidade, a ambiguidade permanece durante todo o tempo e nunca é de fato resolvida<sup>9</sup>.

Considerando outra limitação amplamente percebida da medição clássica baseada no PIB, há uma série de índices que focam no impacto ambiental e nos custos de produção de riqueza material com vistas a dar conta destes precisamente. Nesse caso, a perspectiva essencial não é a felicidade per se, apesar do nome de um índice bem conhecido – o do Planeta Feliz (IPF) –, e sim a *sustentabilidade* de todo o processo socioeconômico. Assim, o IPF combina uma medida de satisfação subjetiva com a vida (bem-estar subjetivamente experienciado) muito semelhante aos elementos de felicidade subjetiva do Relatório da Felicidade Global<sup>10</sup> e a expectativa de vida ao nascer (derivada dos mesmos dados utilizados pelo índice IDH). Essas duas medidas são multiplicadas entre si para obter o numerador de uma fração da qual a *pegada ecológica* é o denominador. A pegada ecológica é uma medida do número (global) de hectares de terras férteis necessárias para sustentar o nível de consumo do Estado ou região em questão. Nesse sentido, o IPF é uma medida de felicidade que, de uma forma ou de outra, leva em conta o custo ambiental ou a eficiência em alcançá-la. O IPF, assim como o Índice de Progresso Social, exclui completamente o PIB de seu cálculo, mas, da mesma forma como acontece com a maioria dos outros índices comentados até agora, ele é prejudicado por ter uma cobertura muito parcial: sem dúvida, há mais fatores que contribuem para o bem-estar que apenas esses três. Para ser de todo justo com o IPF, seus autores reconhecem plenamente esse caráter parcial do índice e advertem explicitamente que ele só deve ser utilizado para fins políticos em conjunto com outros índices<sup>11</sup>.

<sup>7</sup> HELLIWELL A, LAYARD R, SACHS J (2014) *World Happiness Report 2013* Sustainable Development Solutions Network, ONU, Nova York.

<sup>8</sup> Essa distinção será discutida em mais detalhes na seção 5.

<sup>9</sup> Perceba que se poderia alegar que a ambiguidade deriva da resolução original da ONU que trata de medir a felicidade.

<sup>10</sup> Derivado, conforme o RFG, das perguntas da Escada de Cantril na Pesquisa Mundial Gallup.

<sup>11</sup> Veja a seção *What the Happy Planet Index does not measure (o que o Índice do Planeta Feliz não mede)* em <http://www.happyplanetindex.org/about/>. Acessado em 26 de fevereiro de 2014.

O último índice que podemos citar é o Índice de Sustentabilidade da Sociedade (SSI), produzido desde 2006 pela Fundação Sociedade Sustentável<sup>12</sup> e diretamente inspirado pela definição clássica e influente de sustentabilidade constante no Relatório Brundtland de 1987. Considera-se que o desenvolvimento é sustentável quando satisfaz as necessidades da geração atual sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as necessidades delas. Nessa definição, Brundtland concentrou-se na sustentabilidade ambiental, mas, estritamente falando, a noção de sustentabilidade é muito mais ampla. Em geral, a sustentabilidade pode ser definida como o grau em que um determinado processo ou sistema socioeconômico é capaz de renovar-se indefinidamente no futuro. A partir dessa concepção mais ampla, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável envolve três pilares: econômica, ambiental e social. A sustentabilidade econômica refere-se à capacidade dos processos econômicos, tanto no nível micro quanto no macro, de renovar-se indefinidamente<sup>13</sup>, enquanto a sustentabilidade social refere-se ao grau de igualdade e inclusão social em uma sociedade, pois quando a distância entre os mais ricos e os mais pobres torna-se demasiado grande (em especial, se as riquezas são muito estritamente concentradas nas mãos de poucos) a sociedade se degenera em criminalidade, aumentando a insatisfação social e resultando, em revolução social. O índice SSI não é, a rigor, uma tentativa de medir a felicidade dos Estados ou regiões, e sim sua sustentabilidade, o que é feito por meio de uma simples combinação de medidas de cada um dos três pilares da sustentabilidade. Esse resultado é obtido com a coleta de dados sobre 21 indicadores relativos a assuntos como qualidade do ar, biodiversidade, utilização de energias renováveis, saúde, igualdade, sustentabilidade ou “bem-estar” econômico (como medido pelo PIB), níveis de emprego e de endividamento do setor público<sup>14</sup>. No entanto, existem alguns problemas com o índice. Primeiramente, embora se configure explicitamente como índice de sustentabilidade, ele disfarçadamente escorrega apresentando-se como índice de bem-estar. Isso implica a questionável suposição de que ser sustentável equivale a encontrar-se em um estado de bem-estar. Todavia, é possível imaginar alguns sistemas muito deprimentes bem capazes de sustentar-se a longo prazo. Podemos recordar como Malthus argumentou que as guerras e pestes iriam resolver os problemas de escassez na oferta de alimentos e tornar as sociedades humanas sustentáveis em termos nutricionais. Assim, relacionar a sustentabilidade ao bem-estar é seriamente problemático, provavelmente até mais do que a relação implícita entre felicidade e riqueza material que está na base do uso do PIB como medida de bem-estar. Embora o Índice de Progresso Social assemelhe-se ao SSI na coleta de uma ampla gama de indicadores, como todos os outros índices (com exceção do Planeta Feliz) o SSI considera o PIB como um componente do índice final. Isso marca um contraste fundamental com o Índice de Progresso Social, como veremos na próxima seção.

Antes de encerrar a discussão sobre os índices alternativos, devemos também notar que, além de todos esses esforços práticos específicos para desenvolver índices alternativos de desenvolvimento socioeconômico, tem havido um crescente consenso entre os economistas de que algo precisa ser feito com relação aos nossos indicadores macroeconômicos tradicionais, especialmente no que diz respeito à orientação que eles oferecem à política. Essa insatisfação foi claramente expressa no relatório detalhado preparado para o então presidente francês Nicolas Sarkozy, em 2009, por Stiglitz, Fitoussi e Sen<sup>15</sup>. Esse relatório reúne uma série de limitações reconhecidas na medição

<sup>12</sup> Veja o site da Fundação para obter mais detalhes sobre o índice e seu cálculo: <http://www.ssfindex.com/>. Acessado em 27 de fevereiro de 2014.

<sup>13</sup> Logo, uma empresa privada deficitária ou uma bolha de preços de ativos são economicamente insustentáveis.

<sup>14</sup> Este último reflete, sem dúvida, as origens holandesas do índice, dada a situação atual dos níveis de dívida pública na zona do euro. Representa uma adição interessante para as discussões mais usuais sobre sustentabilidade econômica.

<sup>15</sup> STIGLITZ J, FITOUSSI J-P, SEN A (2009) “Report by the Commission on Measurement of Economic performance and Social Progress”, disponível em [http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport\\_anglais.pdf](http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf). Acessado em 3 de março de 2014.

do desenvolvimento socioeconômico e emite uma gama de recomendações para a construção de índices melhores, mas sem desenvolver de fato um índice próprio. O foco do relatório é, antes de tudo, os mínimos detalhes da medição de um número significativo dos elementos incluídos em alguns dos índices mencionados acima: felicidade subjetiva, sustentabilidade, entre outros. Além de ter sido escrito por três eminentes economistas, há um viés fortemente econômico no impulso das discussões e recomendações, ao passo que se poderia argumentar a favor de um maior destaque para as questões psicológicas e filosóficas fundamentais que, como veremos a seguir, precisam ser confrontadas quando buscamos medir o progresso social.

### 3 / ELEMENTOS-CHAVE PARA UM ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL MELHOR

A discussão anterior nos permite identificar algumas características principais que devem ser levadas em conta se nos comprometermos a propor um índice diferente e melhor, que vise aperfeiçoar esses esforços anteriores para ir além do PIB ou do PIB per capita como índice. Não pretendemos, de forma alguma, denegrir qualquer dos esforços anteriores, pois a tarefa de elaborar novos índices mensuráveis e facilmente aplicáveis para medir o bem-estar ou o progresso é assustadora. Em vez disso, almejamos aprender com as limitações dos índices anteriores. Mas o Índice de Progresso Social também irá atrair, como veremos, algumas reflexões filosóficas e econômicas totalmente novas.

O primeiro ponto-chave diz respeito à exclusão do PIB e do PIB per capita do Índice de Progresso Social. A razão filosófica fundamental para essa exclusão pode ser resumida, em poucas palavras, pela estranha percepção de que no Paraíso o PIB seria zero. O que quer que se diga sobre a existência ou inexistência do Paraíso, esse ponto demonstra algo muito importante sobre o PIB: se considerarmos o Paraíso simplesmente como um caso limite teórico infinito de máximo bem-estar, e se no paraíso o PIB é zero, conclui-se, no mínimo, que não podemos absolutamente supor que cada aumento do PIB per capita represente um aumento do bem-estar. Pelo contrário: se certas mudanças climáticas ou outros eventos naturais fizessem com que uma série de bens, agora escassos e produzidos industrialmente, estivessem disponíveis livremente na natureza, o PIB *cairia* (com a queda da produção industrial), mas o bem-estar ou a felicidade sem dúvida subiria. A partir dessa simples reflexão, seguem dois pontos fundamentais para qualquer medida de bem-estar: o primeiro deles é que é potencial e seriamente impreciso incluir o PIB per capita em uma medida de felicidade humana ou bem-estar, e uma vez que o que as pessoas ganhariam se determinados bens estivessem disponíveis livremente é, acima de tudo, mais tempo de lazer (menos tempo gasto na produção dos bens, agora livres na comunidade), provavelmente deveríamos pensar em incluir o tempo de lazer como componente-chave do bem-estar ou da felicidade em qualquer região ou Estado.

O segundo motivo para a exclusão do PIB do índice, igualmente definitivo, está ligado a custos e preocupações ambientais. Como já foi observado, se as empresas forem obrigadas a pagar os custos da poluição que geram, o PIB vai realmente aumentar. Se, por exemplo, uma empresa gera um significativo nível de poluição em um ambiente não controlado, o dano ambiental não é contabilizado a princípio (o que já aponta para um defeito bem conhecido do PIB). Mas se regulamentações antipoluição forem introduzidas, exigindo, por exemplo, a instalação de filtros ou a eliminação mais responsável de resíduos tóxicos, estes serão refletidos como *aumento* do PIB (produção de novos filtros, emergência de empresas especialistas na eliminação de resíduos acrescentando sua

“produção” ao PIB). Nesse caso, o PIB está sendo aumentado, mas apenas para nos trazer de volta um nível de bem-estar que existia antes do dano ambiental. Interpretar o crescimento do PIB como um aumento do bem-estar, nessa situação, é igualmente perverso ao extremo.

Fica claro, portanto, que não há uma relação simples entre o aumento do PIB per capita e o aumento da felicidade ou do bem-estar; de fato, em certas situações não tão hipotéticas (aumento do tempo de lazer, compensação da poluição, entre outras), o aumento do PIB pode estar associado a uma queda na felicidade ou no bem-estar. Por conseguinte, o PIB per capita é excluído do Índice de Progresso Social. Outra vantagem dessa abordagem é que ela vai nos permitir, ao longo da construção do Índice de Progresso Social, analisar sem preconceito em que medida ou em que situações o aumento do PIB está de fato ligado a um aumento na felicidade ou no bem-estar. Ou seja: nos permitirá estimar em que medida o PIB per capita e o bem-estar estão correlacionados, e em que sentido.

Outro ponto ou lição a ser aprendida a partir da experiência com alguns dos outros índices sugeridos e avaliados é que precisamos evitar ser demasiado limitados em nossa interpretação da felicidade ou do bem-estar. Vários dos índices analisados, em particular o IDH e o Planeta Feliz, estão sujeitos à crítica de que, ao tempo em que fazem adições bem-vindas para a medição do bem-estar, sua interpretação acerca do que contribui para a felicidade é evidentemente muito limitada. Há mais coisas contribuindo para o bem-estar humano do que simplesmente a expectativa de vida, o êxito educacional, o PIB per capita e a pegada ecológica. Consequentemente, no Índice de Progresso Social, uma gama muito ampla de indicadores é adotada e combinada para formar o índice, e continuamos abertos a sugestões para a ampliação deste, caso se considere que as dimensões significativas do bem-estar estejam sendo negligenciadas. Há 12 títulos principais e 54 indicadores calculados atualmente no Índice de Progresso Social (ver a seção 1.2.5 para mais detalhes). Isso não apenas significa que quase todas as fontes possíveis de felicidade e bem-estar estão sendo incluídas; significa também que o Índice de Progresso Social é muito menos vulnerável ao risco de ser seriamente distorcido caso algum indicador seja inadequado ou incorretamente mensurado na prática. O fato de ser aberto à adição de novas categorias poderia ser visto como problemático, uma vez que se pode argumentar que a continuidade e a consistência estatísticas são prejudicadas por essa abertura e a decorrente variabilidade no conjunto de indicadores. Mas a grande diversidade de indicadores no Índice de Progresso Social, mais uma vez, significa que o impacto da adição de novos indicadores, quando considerado apropriado (ou quando medidas mais confiáveis estiverem disponíveis) normalmente terá um impacto bastante limitado sobre o índice. Em todo caso, é importante manter essa abertura a novos indicadores, uma vez que é um fato incontestável que os fatores que contribuem para a felicidade humana e o bem-estar evoluem com o tempo. Uma existência plena, hoje em dia, parece inconcebível sem o acesso à internet e a capacidade de viajar; mas há apenas 200 anos essas considerações eram totalmente irrelevantes para bem-estar humano<sup>16</sup>...

Por isso, o Índice de Progresso Social é um índice que abrange um leque de indicadores muito mais amplo que qualquer das alternativas que têm sido propostas, mas que exclui o PIB como elemento em qualquer circunstância por boas razões filosóficas e econômicas. O detalhamento completo das categorias e indicadores utilizados no índice pode ser encontrado na seção 1.2.5.

<sup>16</sup> E aí reside, talvez, o ponto de partida para uma reflexão filosófica profunda: será que as pessoas eram mais felizes há 200 anos? Esse assunto continua abaixo.



#### 4 / NAS PROFUNDEZAS DA FILOSOFIA

Se sondarmos mais profundamente essas questões acerca do modo de construção do Índice de Progresso Social e do uso do PIB como indicador de felicidade, bem-estar ou progresso em algum sentido, vamos perceber que sob a superfície encontra-se uma verdadeira caixa de Pandora repleta de questões filosóficas e presunções. O objetivo desta seção é abordar essas questões filosóficas mais profundas.

Mais basicamente, existe a questão de o que exatamente estamos tentando medir. Todos os que tentaram construir índices nessa área têm sido motivados por um desejo ou objetivo de mensurar o **progresso** social ou econômico. Mas o progresso implica, necessariamente, uma ideia literal ou metafórica de movimento em direção a um objetivo ou fim desejado; seria difícil, ou até mesmo impossível, falar de progresso se não estivéssemos de fato chegando a lugar nenhum. Portanto, o progresso traz consigo a ideia de chegar mais perto da meta que desejamos, e já que o alcance desta será considerado, de alguma forma, como **bom** para os atores envolvidos (caso contrário, por que buscar atingi-la?), o progresso em direção à meta será visto como uma **melhoria**. Mas aqui estamos claramente no domínio do discurso normativo, em oposição ao positivo: estamos fazendo juízos de valor sobre o que é bom e o que é ruim para nós; logo, sobre como **devemos** agir. Por conseguinte, sempre que nos atrevemos a falar de *progresso social* em qualquer campo ou índice, estamos inevitavelmente fazendo juízos de valor sobre o que é bom para a comunidade, por meio do que o índice de progresso social está sendo medido. A título de ilustração, consideremos a tendência de usar o PIB per capita como um indicador bruto do progresso social. Como medida simples de produção de agregados em um Estado ou região, pode parecer bastante inócua; mas fica bem claro, em uma reflexão crítica rápida, que usar o índice do PIB de tal forma envolve juízos de valor que consideram a produção de mais riqueza material como boa e como indicativo de uma melhoria social. Dados os pontos que destacamos acima, em relação a bens gratuitos e poluição, há muitas vezes um juízo de valor implícito no sentido de que mais trabalho é bom para os seres humanos<sup>17</sup>. Um defensor da medição do PIB poderia retrucar que, obviamente, ele ou ela só está medindo a produção e que, como bom cientista rigoroso (positivista), não está transmitindo quaisquer juízos de valor: são os míseros políticos ou comentaristas que o fazem. Bem, nesse caso, por que o PIB ou tabelas de taxas de crescimento do PIB são tão frequentemente apresentados por economistas como campeonatos ou rankings, com os Estados de maior PIB ou maior taxa de crescimento do PIB no topo da lista?

No entanto, estamos abordando aqui uma sensibilidade metodológica de importância capital. Em grande parte das ciências humanas tradicionais, desde o início da década de 1950, tem sido considerado um cânone metodológico de boas práticas que os juízos de valor sejam totalmente banidos das ciências humanas sérias e, em particular, da Economia. A origem dessa proibição é, na verdade, a epistemologia do Positivismo Lógico, conforme enunciado em particular por Alfred Ayer em seu tratado *Linguagem, Verdade e Lógica*<sup>18</sup>, de 1936. Nesse trabalho influente mas muito contestado, Ayer enunciou o “princípio da verificação do sentido”, segundo o qual todo discurso significativo é ou tautológico (meras declarações de definições na linguagem) ou empiricamente verificável. Isso implica, entre outras coisas, que todo discurso normativo – ou seja, juízos de valor sobre como o

<sup>17</sup> Esse último juízo de valor, que considera o trabalho como bom por si mesmo, é de fato fundamental para a variante puritana calvinista do cristianismo protestante, que, por sua vez, tem estado definitivamente subjacente ao capitalismo americano; cf. WEBER M (2002) *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Penguin Harmondsworth

<sup>18</sup> AYER A J (1946) *Language “Truth and Logic*. 2ª ed., Penguin Harmondsworth

mundo ou as pessoas *deveriam* ser ou se comportar – é um absurdo completamente sem sentido, por não ser nem tautológica nem empiricamente verificável, já que o discurso normativo não se refere a fatos observáveis, e sim aos ideais a que aspiramos<sup>19</sup>. Esse princípio foi entusiasticamente adotado por uma ampla gama de pesquisadores das ciências humanas, ao menos no mundo anglo-americano, e tem sido particularmente influente na Economia. Na verdade, foi utilizado como ponto central da metodologia de Milton Friedman para a Economia *positiva*, conforme enunciado no seu influente artigo<sup>20</sup> de 1953. Friedman afirma explicitamente que juízos de valor não têm lugar em uma ciência séria: na melhor das hipóteses, são desejos sem sentido que devem ser deixados para os políticos ou o processo político. Quando surgem diferenças sobre juízos de valor, a ciência não tem basicamente nada a oferecer e uma discussão racional se torna impossível. “*Sobre as diferenças de valores fundamentais os homens só podem, basicamente, discutir*”<sup>21</sup>. Como resultado dessa injunção, gerações inteiras de economistas têm procurado cuidadosamente evitar qualquer coisa que se assemelhe a um juízo de valor na condução de suas pesquisas científicas: logo, será profundamente chocante para muitos economistas contemporâneos sugerir que, na construção de índices de progresso e melhoria social, juízos de valor estão inevitavelmente presentes, implícita ou explicitamente.

No entanto, sob uma reflexão crítica, não há necessidade para tal preocupação. O grande economista e analista de desenvolvimento sueco Gunnar Myrdal já havia apontado, no início dos anos 1960, que a ideia de Friedman de uma economia puramente positiva era totalmente insustentável<sup>22</sup>. Myrdal demonstrou como juízos de valor estão inevitavelmente presentes nos próprios fundamentos da Economia e de outras ciências humanas, de modo que a ideia de uma ciência humana totalmente livre da atribuição de valores é uma quimera. Em primeiro lugar, quando selecionamos áreas para o exercício da pesquisa, os juízos de valor inevitavelmente surgem sorrateiros para nos guiar. Isso se aplica tanto na escolha individual do cientista com relação à sua tese de doutorado quanto na área de pesquisa do seu próximo artigo: é possível que ele pense que algo deva ser feito sobre este ou aquele problema social ou humano, e assim se decida por pesquisá-lo com a intenção final de melhorar o mundo por meio de iniciativas políticas ou terapias. No caso de pesquisas encomendadas pelos governos ou por ONGs, o juízo de valor é ainda mais explícito: a pesquisa é encomendada em áreas consideradas de vital interesse social; logo, com aquela mesma intenção final de melhorar o mundo. Assim, juízos de valor estão sendo feitos desde o início de nossa pesquisa científica e são inevitáveis. Myrdal também demonstrou que, já que qualquer ciência envolve um grau de abstração de inúmeros detalhes da realidade cotidiana, a fim de se concentrar em aspectos essenciais que influenciem significativamente essa realidade, no caso das ciências humanas isso pode significar a abstração de aspectos da condição humana, tratando-os como irrelevantes para os efeitos da teorização em questão. Mas qualquer decisão no que diz respeito a tratar um aspecto da condição humana como irrelevante pode potencialmente envolver, e muitas vezes envolve, julgamentos de valor implícitos, especialmente quando se trata de usar as teorias como um guia para a política prática ou terapia. Myrdal deu o exemplo do tratamento clássico de

19 Note que não é o fato de ter ideais o que está em questão, mas a validade ou a verdade do juízo de valor que sustenta esses ideais, o que não é algo observável de forma factual. Na verdade, a validade ou invalidade do ideal independe totalmente dos fatos. Assim, por exemplo, dizer “idealmente, não deveria haver nenhuma arma nuclear no mundo” é uma proposição normativa, cuja validade como juízo de valor não é em absoluto afetada pela existência ou inexistência concreta de tais armas no mundo.

20 FRIEDMAN M (1953) “The Methodology of Positive Economics” em *Essays in Positive Economics*, University of Chicago Press. Capítulo 1

21 FRIEDMAN M (1953) op.cit.

22 MYRDAL G (1959) *Value in Social Theory*. Routledge & Kegan Paul, Londres. Veja em particular a breve introdução do volume de Paul Streeten.

trabalho e capital em pé de igualdade, como fatores meramente alternativos da produção, na teoria da função de produção em Economia. Essa é uma abstração que envolve um juízo de valor, no sentido de que podemos, por assim dizer, ignorar a “humanidade” do trabalho, ao menos para os propósitos de uma teoria da produção. As implicações de tal juízo ficam moralmente carregadas se a teoria é então utilizada como base de aconselhamento para uma política de redução de custos por meio do “enxugamento”: a demissão de trabalhadores será vista, essencialmente, da mesma forma que o abandono de máquinas e instalações, quando na verdade, moralmente, é óbvio que existe uma enorme diferença nas consequências<sup>23</sup> dessas ações. No contexto da presente discussão sobre o PIB e outros índices, a maneira como o PIB tem, por exemplo, ignorado e, conseqüentemente, abstraído o tempo de lazer engloba juízos de valor implícitos sobre o trabalho, o lazer e a importância destes para a condição e a felicidade humanas.

Myrdal, portanto, demonstrou que os juízos de valor estão presentes nas ciências humanas de duas maneiras cruciais e inevitáveis. Mas será que isso, de alguma forma, compromete o rigor científico das ciências humanas? Somente se aderirmos à epistemologia positivista na qual Friedman baseou seu influente artigo. Na verdade, o princípio da verificação do sentido, como defendido pelos positivistas, é autodestrutivo e insustentável. Pois se nos questionarmos, acerca do princípio da verificação, se o próprio princípio é significativo, ele terá de ser ou uma tautologia (uma declaração que defina palavras), o que ele não é nem foi concebido pelos positivistas para sê-lo; ou terá de ser empiricamente verificável ou testável. Mas se tentarmos testar empiricamente o enunciado “*toda proposição significativa é tautológica ou empiricamente verificável*”, teremos, antes de tudo, que ser capazes de reconhecer as proposições significativas quando nos depararmos com elas. Caso se afirme que as proposições significativas podem ser reconhecidas como aquelas que são “tautológicas ou empiricamente verificáveis”, estaremos presos em um círculo vicioso e o debate se encerrará. Se, por outro lado, usarmos uma definição da proposição significativa que não seja cíclica, como por exemplo uma proposição que, quando pronunciada, possa ser entendida por outro ser racional – isto é, uma proposição que transmita um significado para outras pessoas –, torna-se fácil produzir muitas proposições significativas (compreensíveis), mas que não são nem tautológicas nem empiricamente verificáveis. Por exemplo, “Deus não pode permitir o mal no mundo”; ou “elfos têm orelhas pontudas”; ou “não se deve matar pessoas a não ser em autodefesa”. Qualquer dessas proposições, claramente significativas no sentido de que se pode compreendê-las, são refutações diretas à generalização segundo a qual “*todas as proposições significativas são tautológicas ou empiricamente verificáveis*”. Portanto, quando aplicamos o princípio da verificação de sentido em si mesmo, este acaba sendo um ciclo vicioso ou simplesmente falso<sup>24</sup>.

Para as ciências humanas, essa é uma conclusão epistemológica de extrema importância. Significa não apenas que juízos de valor são inevitáveis, conforme Myrdal demonstrou, como também que a presença de juízos de valor de modo algum reduz a seriedade das ciências humanas. Podemos, por conseguinte, usar livremente juízos de valor sem complexos descabidos sobre o caráter científico do nosso trabalho, e tudo o que podemos esperar é que, em vez de permanecerem implícitos (ou mesmo propositadamente escondidos, como em certas ideologias), esses juízos de valor devam ser feitos de forma aberta e totalmente transparente.

<sup>23</sup> Correndo o risco de enfatizar o óbvio, máquinas não têm famílias para alimentar nem sofrem quando ociosas: seres humanos demitidos de um emprego, contudo, sofrem.

<sup>24</sup> Sobre esse assunto, consulte O’SULLIVAN P (1987) “*Economic Methodology and Freedom to Choose*”. Allen & Unwin, Londres; reimpresso como Routledge Revival em 2011. Veja o capítulo 2.

## 5 / JUÍZOS NORMATIVOS PRESSUPOSTOS NO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

Agora que abrimos o caminho para a entrada dos juízos de valor nas ciências humanas sérias, nos voltamos para a questão dos juízos de valor específicos que estão na base do Índice de Progresso Social. A noção de progresso social implica, necessariamente, algum tipo de objetivo social supremo, considerado bom para a sociedade ou comunidade em questão, e envolve um juízo de valor sobre o **bem comum** ou bem-estar social, como os economistas tendem a chamá-lo. Mas o que é esse bem comum e como podemos concretamente identificar e julgar o que contribui para ele? Esse é, sem dúvida, um tema que tem ocupado as mentes dos filósofos políticos e morais ao menos desde a Grécia antiga, e algumas respostas bastante distintas foram dadas por esses filósofos para a questão: podem-se mencionar, por exemplo, a ética da virtude, o budismo, o direito natural, os direitos naturais, o imperativo categórico de Kant e o utilitarismo. Também será evidente, a partir de um exame superficial dos vários índices mencionados no início deste capítulo, que os juízos de valor nos quais estes se baseiam diferem bastante. O PIB, como vimos, apoia-se (ao menos quando utilizado como indicador do progresso social) em um juízo de valor e uma ética de trabalho materialistas; o IDH tem como base uma mistura desse mesmo materialismo com uma vaga noção de que educação e boa saúde são também fatores-chave do bem-estar. O Relatório da Felicidade Global, que apresenta algumas reflexões muito interessantes e explícitas sobre a sua base de valores, busca reunir a noção de felicidade subjetiva como critério de boa qualidade (uma abordagem que deriva diretamente do utilitarismo) e algumas concepções mais amplas acerca do que, objetivamente, contribui para o bem-estar humano. O Índice Planeta Feliz e o Índice de Sustentabilidade da Sociedade baseiam-se em juízos de valor relacionados à sustentabilidade nos quais a noção de administração do meio ambiente, advinda do direito natural e de muitas religiões, está claramente presente. E, claro, o Índice de Felicidade Interna Bruta, do Butão, provém de valores explicitamente budistas. De um ponto de vista myrdaliano, a maioria desses últimos índices têm a vantagem de deixar sua base de valores clara e transparente.

Então, em que pé fica o Índice de Progresso Social em relação a tudo isso? Antes de tudo, sobre a questão da natureza do objetivo supremo à luz do qual definimos o progresso social, o Índice de Progresso Social pode ser dito *eudaimônico*, em oposição à tradição utilitarista na conceituação do bem supremo. Nessa tradição, derivada do trabalho de Jeremy Bentham, a felicidade humana é tida como o bem supremo, uma proposição que tem certo apelo *prima facie*. A felicidade é, em sua raiz, um estado subjetivo, e embora isso não seja per se um problema, leva a uma enorme variedade de problemas subjacentes, teórica e praticamente, no que diz respeito à medição dessa felicidade subjetiva. No plano teórico, desde logo se apresenta a questão dos prazeres intelectuais ou gostos adquiridos, já levantada por John Stuart Mill no século XIX em contraposição ao cálculo hedônico original de Bentham de prazer e dor puramente físicos. Em seguida, há o conjunto igualmente estranho de perguntas que cercam o paraíso dos tolos (um tolo pode ser feliz na ignorância), para não mencionar a implicação de que, se quisermos maximizar o prazer físico, então devemos todos tomar drogas alucinógenas repetidamente e morrer rapidamente como as borboletas. Assim, a maioria dos teóricos alheios à tradição utilitarista tem argumentado que a felicidade subjetiva não pode ser considerada um bem supremo; todavia, admitem a felicidade subjetiva como fator-chave para outro conceito um pouco mais vago: **bem-estar espiritual** ou **eudaimonia**, do grego ευδαιμονία.

No plano prático, embora Bentham estivesse confiante de que a felicidade subjetiva (utilidade cardinal em Economia) poderia, um dia, ser medida diretamente na prática, existem enormes dificuldades para isso. Obter medidas “objetivas” de felicidade subjetiva a partir de observações de estados cerebrais ainda é um sonho impossível, muito embora a neurofisiologia contemporânea tenha avançado nesse sentido e a possibilidade atual seja muito mais concreta do que era na época de Bentham. Entretanto, há ainda a dificuldade de que o que poderíamos medir dessa forma é a felicidade emocional transitória, em oposição a um sentido mais amplo de felicidade permanente com a vida e as perspectivas em geral<sup>25</sup>; e, em todo caso, será que o estado cerebral observado é idêntico ao estado espiritual da mente ou o resultado deste<sup>26</sup>? Os economistas que, no século XIX, abandonaram a ideia de um dia serem capazes de medir a utilidade cardinal (felicidade subjetiva), buscaram então a possibilidade de medir a utilidade ordinal: eles procuraram ver o quão longe poderiam ir com uma teoria que simplesmente assumiu que uma *ordem* de preferências poderia ser conhecida, em princípio e na prática, por meio da revelação de preferências. No contexto das discussões do bem-estar e progresso sociais, esse conceito rendeu o famoso juízo de valor de Pareto, que tem sido a pedra angular da Economia do bem-estar: qualquer mudança social que traga benefícios a algumas pessoas sem provocar malefícios a outras marca uma melhoria social. Mas a teoria da utilidade ordinal, quando usada no contexto do bem-estar social ou da escolha de políticas públicas, vai de encontro ao paradoxo da inconsistência de Arrow<sup>27</sup>. Isso significa que, se tentarmos desenvolver uma ordem de classificação de escolhas políticas simplesmente pedindo às pessoas (os eleitores) para classificar as políticas com uma série de opções bilaterais (Política A vs. Política B, em seguida Política B vs. Política C, e depois política A vs. política C), em muitos casos os resultados serão classificações inconsistentes, mesmo sem qualquer interferência emocional ou irracionalidade. Na verdade, a chave para entender o que se passa com o paradoxo de Arrow é medir cardinalmente; isto é, observar não apenas qual é a ordem de preferências das pessoas mas também em que medida elas preferem uma opção à outra. Assim, dado que adotamos por completo medidas cardinais do nível de felicidade subjetiva (utilidade), o paradoxo de Arrow na medição da felicidade das comunidades se dissolve. Esse não é um grande consolo para as abordagens utilitárias de medição do bem-estar social, uma vez que a aferição cardinal da felicidade subjetiva ou utilidade, ao menos no sentido objetivo pretendido pelo utilitaristas, continua impossível.

Resta a possibilidade de simplesmente perguntar às pessoas sobre suas percepções acerca de sua própria felicidade. Essa ação, em geral, assume a forma de perguntas que abordam os estados emocionais imediatos (no dia anterior à pesquisa, na verdade), os quais podem ser fortemente influenciados por fatores transitórios, e uma avaliação geral subjetiva da vida (em geral, você está feliz com sua vida?), sendo este último muito menos sujeito a eventos transitórios. Em certo sentido, essas perguntas chegam ao cerne da questão da felicidade em um nível individual, uma vez que quem melhor do que o próprio sujeito pensante e consciente para falar sobre sua experiência subjetiva de felicidade? No entanto, há um ponto fraco central nessa abordagem: como

<sup>25</sup> Essa importante distinção entre diferentes sentidos de felicidade subjetiva já é feita no Relatório da Felicidade Global (op. cit.) Veja HELLIWELL A, LAYARD R, SACHS J (2014) p.3

<sup>26</sup> Uma antiga charada filosófico psicológica: eu recebo uma descarga de adrenalina e em seguida me sinto corajoso em face do perigo ou primeiro experimento uma emoção espiritual/mental de medo que gera a resposta psicossomática da descarga de adrenalina? Existem pontos de vista opostos sobre isso, mas dificilmente se poderia dizer que essa disputa está resolvida.

<sup>27</sup> Esse paradoxo foi descrito pela primeira vez pelo economista Kenneth Arrow em 1950. Veja ARROW K (1950) “A Difficulty in the Concept of Social Welfare” em *Journal of Political Economy* 58:4 pp. 328-346. Posteriormente, veio a ser conhecido como o Teorema da Impossibilidade de Arrow, uma vez que, na ausência de consistência das escolhas políticas, como evidenciado no paradoxo, Arrow concluiu que uma função de utilidade ordinal para o bem-estar social comum (um mapa da curva de indiferença social) não poderia ser construída, pois tais funções ou mapas exigem o axioma da consistência das escolhas para se apoiar. Caso contrário, a função não pode ser construída.

podemos saber se pessoas diferentes querem dizer a mesma coisa quando falam subjetivamente de felicidade? Por exemplo, um maníaco depressivo tenderá a relatar muito mais negativamente do que uma pessoa otimista e animada suas experiências emocionais diárias, mesmo se ambos tiverem exatamente as mesmas experiências. Da mesma forma, se fizermos a pergunta, talvez mais pertinente, sobre a felicidade geral com a vida ao maníaco depressivo, ele certamente declarará menos felicidade (como também muitos ateus, a propósito, já que a vida pode lhes parecer inútil e absurda); e permanece a pergunta incômoda a indagar se pessoas diferentes entendem o mesmo por “felicidade”<sup>28</sup>.

Por isso, para a construção do Índice de Progresso Social, temos procurado evitar todas essas potenciais armadilhas dentro da tradição utilitarista no que diz respeito ao significado da felicidade e sua medida, adotando (1) uma abordagem *eudaimônica* consistente para o bem comum e (2) uma abordagem para a medição baseada, na medida do possível, em medidas objetivas de felicidade *efetiva*, em vez de impressões subjetivas ou dados para a felicidade.

Adotar uma abordagem eudaimônica envolve fazer alguns juízos de valor bastante explícitos acerca do que constitui o bem-estar espiritual. À luz das considerações de Myrdal sobre o caráter inevitavelmente carregado de valores de qualquer ciência humana, apresentadas anteriormente, isso não deve mais parecer, de forma alguma, chocante. De toda forma, cabe-nos tornar totalmente explícito e transparente quais são esses juízos de valor, qual é a base normativa do nosso trabalho. Olhando ao longo das doze principais categorias do Índice de Progresso Social, na maneira como são calculadas atualmente, encontraremos uma confluência de uma série de diferentes bases morais normativas, dentre as quais talvez predomine a teoria dos direitos naturais. As doze principais categorias atuais do Índice de Progresso Social (ver Figura 2) estão descritas em detalhes em outra parte do relatório; por enquanto, vamos nos deter em sua base moral.

Sob o título de **Necessidades Humanas Básicas**, encontramos as categorias Nutrição e Cuidados Médicos Básicos; Água e Saneamento; Moradia; e Segurança Pessoal. A inspiração para esses elementos é, claramente, a filosofia moral e política da teoria dos direitos naturais. Essa teoria foi enunciada pela primeira vez por John Locke e Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, e é a inspiração direta de várias declarações de direitos incorporadas nas constituições de muitos Estados em todo o mundo (incluindo, claro, a Declaração de Direitos dos EUA, retirada diretamente de Locke, e a Carta dos Direitos Humanos Fundamentais da União Europeia<sup>29</sup>). E, o que talvez nos seja ainda mais caro para a construção de um índice mundial de progresso social: está incorporada na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. A teoria dos direitos naturais sustenta que, para o bem-estar espiritual e a realização de nosso potencial como seres humanos individuais, determinados direitos devem ser respeitados em absoluto para todo e qualquer ser humano, salvo se o exercício desses direitos possa infringir os direitos dos outros. O mais básico dos direitos a ser garantido é o direito à sobrevivência básica (não terá sentido alcançar muitos outros aspectos se a pessoa está morta ou passando fome), o que implica viver em segurança, ter moradia, comida e água suficientes e atendimento médico básico para poder sobreviver até a maturidade. É o

<sup>28</sup> Basta considerar as reivindicações hiperbólicas feitas em tantas propagandas para perceber como as concepções de felicidade podem ser diferentes. É claro que os publicitários estão exagerando enormemente quando fazem afirmações como “A felicidade é um charuto chamado Hamlet” (anúncio marcante da década de 1970); mas o que está por trás disso é um fato muito simples: para que esse tipo de propaganda seja sequer plausível, é preciso que haja diferenças significativas no que as pessoas entendem por felicidade.

<sup>29</sup> Para a Carta da União Europeia, veja [http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_en.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_en.pdf). Acessado em 2 de março de 2014. A Declaração da ONU, por sua vez, pode ser encontrada em <http://www.un.org/en/documents/udhr/> Acessado em 02 de março de 2014.

desempenho dos Estados ou regiões em garantir esses direitos básicos como ingredientes do bem-estar e da satisfação espiritual que está sendo medido pelas primeiras categorias do índice.

Sob o segundo título, **Fundamentos de Bem-Estar**, estão as categorias Acesso ao Conhecimento Básico; Acesso à Informação e Comunicação; Saúde e Bem-Estar; e Sustentabilidade dos Ecossistemas. A inspiração moral das duas primeiras categorias é claramente, mais uma vez, a teoria dos direitos naturais. O exercício da liberdade de pensamento e de consciência, um direito fundamental que aparece em todas essas declarações, desde Locke até os dias de hoje, está na base dessas duas primeiras categorias e, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, o direito à educação é, de fato, incluído explícita e individualmente. A educação é considerada essencial para a realização do nosso potencial e para a concretização do maior bem-estar possível. O mesmo pode ser dito sobre o acesso à informação e comunicação, especialmente hoje em dia. Com as categorias de Saúde e Bem-Estar (que, por sua vez, são medidas por meio de indicadores de expectativa de vida; mortes por doenças não transmissíveis entre 30 e 70 anos, como uma medida de qualidade de saúde; obesidade, que é uma medida de morbidade; mortes causadas pela poluição do ar, que mede a saúde ambiental; e taxa de suicídio, como substituto para a carga de morbidade da saúde mental na ausência de melhores indicadores), a base moral está se deslocando em direção a um juízo de valor sobre o bem-estar mais baseado na felicidade ou mais utilitário. Já que a felicidade (seja lá o que isso possa significar para pessoas diferentes) é certamente um elemento que contribui para o bem-estar, não há incoerência nessa mudança de base moral; e, em todo caso, pode-se argumentar que uma variedade de bases normativas ou de juízos de valor distintos é, quando muito, um ponto forte de qualquer índice. Por fim, sob esse título, está a sustentabilidade dos ecossistemas. Novamente, muda-se a base moral e ficamos na presença do direito natural. Essa é uma filosofia moral que remonta, no mínimo, ao tempo de Aristóteles, de orientação eudaimônica. Sustenta que o bem-estar humano (a eudaimonia) é alcançado por meio de uma vida vivida em harmonia com a ordem natural do universo. Em suma: o que é natural, é bom. Por isso, defende que o desenvolvimento humano deve ser realizado de maneira que a respeitar a sustentabilidade do ecossistema do qual fazemos parte e onde vivemos nossas vidas<sup>30</sup>.

Mudando o foco para o terceiro e último título do Índice de Progresso Social, **Oportunidades**, encontramos as seguintes categorias: Direitos Individuais; Liberdades Individuais; Tolerância e Inclusão; e Acesso à Educação Superior. Estes podem parecer mais controversos ou duvidosos, em termos de fundamentos morais, mas na verdade são bastante consistentes com a base moral que se encontra sob os dois títulos anteriores. Os Direitos Individuais, medidos por indicadores de direitos políticos, liberdade de expressão, liberdade de reunião e associação, liberdade de circulação e direitos de propriedade privada, são todos os elementos inclusos nas principais declarações de direitos humanos contemporâneas; e, embora possa haver espaço para a discordância sobre a melhor forma de medir o respeito a esses direitos, sua base moral é bem definida. Se os Estados aderem verdadeiramente à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, sua inclusão em um índice de progresso social deve ser bem-vinda e estar além de controvérsias. A segunda categoria sob o título Oportunidades é Liberdades e Escolhas Individuais, que mais uma vez implica diretamente a teoria dos direitos naturais, já que a liberdade de pensamento e de consciência e a

<sup>30</sup> Essa é uma ideia exposta em detalhes no Relatório Brundtland de 1987, que nos deu a definição atualmente muito difundida de desenvolvimento sustentável como aquele “que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas necessidades”, uma definição na qual a noção moral de gestão do meio ambiente está claramente implícita. Veja BRUNDTLAND G (ed.) 1987 “*Our Common Future*” Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e Oxford University Press.

liberdade para fazer escolhas de vida são explicitamente asseguradas nas principais declarações de direitos contemporâneas, além de estarem relativamente explícitas nas filosofias clássicas da teoria dos direitos naturais. Há também, claro, uma implicação direta das normas da filosofia política liberal, mas seria um erro entender a terceira categoria apenas como apologética liberal, uma vez que é claramente uma parte integrante da filosofia dos direitos naturais e das declarações baseadas nela. Em terceiro, figura a categoria Tolerância e Inclusão. Sem dúvida, o título mais polêmico do Índice de Progresso Social, uma vez que é medido pelo grau de igualdade de oportunidades para mulheres, grau de respeito às mulheres, existência de uma rede de apoio familiar e comunitário, tolerância a imigrantes e tolerância a lésbicas, gays e transexuais. Ainda assim, decorre igualmente do respeito aos direitos humanos fundamentais, tal como definido nas declarações contemporâneas<sup>31</sup>. Da mesma forma, poderíamos citar como base moral para essa categoria o imperativo moral da igualdade de oportunidades para todos os seres humanos, uma norma que está presente tanto no pensamento político socialista quanto no liberal. O acesso ao ensino superior aparece, outra vez, claramente ligado à teoria dos direitos naturais, na medida em que a educação permite alcançar os mais altos níveis de realização humana (ecos dos prazeres mais elevados de John Stuart Mill!), o que faz com que possa ser vista como um direito a ser assegurado para todos. Aqui também se detecta, contudo, um valor moral de equidade ou de justiça distinto, que nos exigiria a garantia de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Esse valor moral de equidade deriva, por sua vez: do direito natural, no qual visivelmente estão presentes ideias atuais de justiça natural ou de equilíbrio; do pensamento socialista de todas as tendências, no qual o juízo de valor talvez seja central; e da filosofia moral da justiça do século XX de John Rawls. A igualdade de oportunidades é, de fato, também um elemento fundamental no liberalismo de J. S. Mill, e assim uma grande variedade de filosofias morais coincidem no que diz respeito ao imperativo moral de garantir a igualdade de oportunidades em geral e, em particular, por meio do direito de acesso a todos os níveis de ensino<sup>32</sup>.

### 6 / REFLEXÕES FINAIS: FORÇA NA DIVERSIDADE

É evidente que as categorias sobre as quais o Índice de Progresso Social foi construído envolvem julgamentos de valor provenientes de uma série de filosofias morais, mas predominantemente de uma filosofia dos direitos naturais. Além disso, a concepção do objetivo supremo, à luz do qual o progresso social deve ser mensurado, é o conceito amplamente definido de *eudaimonia* (bem-estar espiritual), em vez de uma felicidade subjetiva mais restrita ou “utilidade”, conforme defendem as abordagens mais utilitárias para questões éticas e econômicas. Estabelecemos que qualquer indicador de progresso social ou desenvolvimento social, inevitavelmente, envolve juízos de valor e até mesmo os velhos indicadores PIB e PIB per capita fazem juízos de valor implícitos, envolvendo uma concepção estritamente materialista de bem-estar subjetivo e a ética de trabalho calvinista. Por isso, se quisermos medir o progresso social, a questão já não é se aceitamos julgamentos de valor normativos, e sim em *quais* juízos de valor normativos devemos nos basear. Nesse contexto, podemos dizer que a amplitude da nossa abordagem é um ponto forte decisivo do Índice de Progresso Social. É redundante apontar que existem diferenças significativas nos valores morais de

<sup>31</sup> Vale a pena incluir uma citação literal do artigo pertinente da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (op. cit.), artigo 21, que diz: “É proibida a discriminação em razão, especificamente, de sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, idioma, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, participação de minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual.”

<sup>32</sup> Na verdade, as únicas filosofias políticas que não incorporam a igualdade de oportunidades, ao menos como objetivo declarado, são as monarquias ou sultanatos mais estritamente conservadores, que buscam reservar o poder a uma elite privilegiada, geralmente designada pela linhagem.



todo o mundo e até mesmo dentro dos Estados normalmente unificados; portanto, qualquer índice que se baseie em apenas uma filosofia moral ou conjunto de juízos de valor sempre<sup>33</sup> estará aberto à objeção por parte daqueles que não compartilham desses valores, que os julgam inadequados e que não os acreditam capazes de realmente medir o progresso social. Buscamos evitar esse perigo e construir um índice de progresso social com um apelo universal, por meio de:

1. Uma configuração, como acabamos de ver, baseada em uma série de filosofias morais nas diversas categorias do índice.
2. Atribuição de um papel normativo central para a declaração universal dos direitos humanos, que se espera representar um conjunto universal de valores para toda a humanidade, a serem cumpridos por todos os Estados signatários. A menos que os Estados estejam sendo totalmente hipócritas<sup>34</sup>, temos aqui uma fonte útil de normas universais sobre as quais construir o índice.
3. Adoção de uma ampla gama de indicadores. Em cada um dos três títulos existem, como vimos, quatro categorias para medir o desempenho e, para cada categoria, uma série de indicadores (em vez de apenas um) utilizados de modo que, no final, **54** indicadores diferentes (provenientes de diversas fontes) são combinados para se chegar a um eventual indicador global do progresso social. Enxergamos essa diversidade como um ponto forte do índice, não como um sinal de confusão ou indecisão. Por um lado, isso significa que quase todas as visões normativas de bem-estar estão sendo contempladas tanto no princípio quanto nos pormenores da medição. Por outro lado, isso significa que o índice geral é muito menos vulnerável a imprecisões ou distorção do que os índices baseados em um conjunto limitado de indicadores, como o PIB (um indicador único) ou o IDH (três ou, no máximo, quatro indicadores). Mais fundamentalmente, é provável que seja também redundante dizer que o bem-estar humano é um fenômeno complexo, para o qual concorrem muitas tendências e experiências: assim, devemos esperar que qualquer índice de progresso do bem-estar seja, em princípio, complexo.

Não afirmamos ter coberto, neste capítulo, todos os possíveis aspectos filosóficos e/ou econômicos ou ressalvas que possam surgir em relação ao Índice de Progresso Social, mas esperamos ter abordado ao menos algumas das perguntas mais importantes que possam surgir de uma mente crítica versada em filosofia e economia política. Estamos cientes de que, se pressionássemos a crítica a um nível mais profundo, poderíamos, por exemplo, perguntar por que presumimos que há progresso na história humana. Se adotássemos uma concepção mais circular, como a Roda da Vida do pensamento oriental (especialmente do budismo), de que modo poderíamos medir o progresso em um mundo onde a história se repete? Ou, cedendo às ideias da Escola de Frankfurt sobre teoria social crítica, poderíamos reconhecer que os juízos de valor que sustentam os vários indicadores são a expressão de interesses específicos ou grupos de interesse na sociedade humana, e assim talvez ter uma função ideológica profunda atuando como apologética para os interesses de tais grupos ou classes sociais. Se essa é uma preocupação a ser levada a sério, então, ao menos, ao configurar-se sobre tantos indicadores e juízos de valor, o Índice de Progresso Social pode alegar não ser a ferramenta de nenhuma ideologia estreita e do respectivo grupo de interesse.

<sup>33</sup> Em outras palavras, católica no sentido não religioso do termo.

<sup>34</sup> Admitimos que essa é uma grande ressalva. Mas, idealmente, todos os Estados estão comprometidos com a declaração da ONU, ao menos em princípio, e os membros da UE estão inquestionavelmente compromissados com a Carta dos Direitos Fundamentais.

# APÊNDICE 1 / FONTES DE DADOS

## Apêndice 1 / Fontes de dados

	COMPONENTE	NOME DO INDICADOR	FONTE PRIMÁRIA
Necessidades humanas básicas	Nutrição e cuidados médicos básicos	Desnutrição	Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura
		Déficit alimentar	Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura
		Taxa de mortalidade materna	Organização Mundial da Saúde
		Taxa de mortalidade neonatal	Organização Mundial da Saúde
		Taxa de mortalidade infantil	Grupo Interagências da ONU para Estimativa da Mortalidade Infantil
		Mortes por doenças infecciosas	Organização Mundial da Saúde
	Água e saneamento	Acesso a sistema de água encanada	Programa Conjunto OMS/Unicef de Monitoramento do Abastecimento de Água e Saneamento
		Acesso rural e urbano a fontes de água de qualidade	Programa Conjunto OMS/Unicef de Monitoramento do Abastecimento de Água e Saneamento
		Acesso a instalações de saneamento	Programa Conjunto OMS/Unicef de Monitoramento do Abastecimento de Água e Saneamento
	Moradia	Acesso à moradia	Pesquisa Mundial Gallup
		Acesso à eletricidade	Projeto da ONU Energia Sustentável para Todos
		Qualidade do fornecimento de eletricidade	Relatório de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial
		Mortes por contaminação do ar em ambiente interno	Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde
	Segurança pessoal	Taxa de homicídio	Instituto de Economia e Paz
		Taxa de crimes violentos	Instituto de Economia e Paz
		Percepção da criminalidade	Instituto de Economia e Paz
		Terror político	Instituto de Economia e Paz
		Mortes no trânsito	Organização Mundial da Saúde
	Fundamentos de bem-estar	Acesso ao conhecimento básico	Taxa de alfabetização adulta
Taxa de matrícula em educação primária			Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura
Taxa de matrícula nas primeiras séries da educação secundária			Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura
Taxa de matrícula nas últimas séries da educação secundária			Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura
Paridade de gênero na educação secundária			Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura
Acesso à informação e comunicação		Usuários de telefones celulares	União Internacional de Telecomunicações
		Usuários de internet	União Internacional de Telecomunicações
		Índice de liberdade de imprensa	Repórteres sem Fronteiras
Saúde e bem-estar		Expectativa de vida ao nascer	Indicadores do Desenvolvimento Mundial
		Mortes por doenças não transmissíveis entre 30 e 70 anos	Organização Mundial da Saúde
		Obesidade	Organização Mundial da Saúde
		Mortes por contaminação do ar em ambiente externo	Organização Mundial da Saúde
Sustentabilidade dos ecossistemas		Taxa de suicídios	Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde
	Emissões de gases de efeito estufa	Instituto de Recursos Mundiais	
	Uso de água como porcentagem dos recursos	Instituto de Recursos Mundiais	
	Biodiversidade e habitat	Índice de Desempenho Ambiental, com dados do Banco de Dados Mundial de Áreas Protegidas do Centro de Monitoramento da Conservação Mundial do Programa da ONU para o Meio Ambiente	
Oportunidades	Direitos individuais	Direitos políticos	Freedom House
		Liberdade de expressão	Base de Dados de Direitos Humanos Cingranelli-Richards (Ciri)
		Liberdade partidária	Base de Dados de Direitos Humanos Cingranelli-Richards (Ciri)
		Liberdade de circulação	Base de Dados de Direitos Humanos Cingranelli-Richards (Ciri)
		Direito à propriedade privada	Fundação Heritage
	Liberdades individuais	Liberdade de escolha	Pesquisa Mundial Gallup
		Liberdade de religião	Centro de Pesquisas Pew
		Escravidão moderna, tráfico humano e casamento infantil	Índice de Escravidão Global da Fundação Walk Free
		Demanda por contracepção atendida	The Lancet
		Corrupção	Transparência Internacional
	Tolerância e inclusão	Respeito à mulher	Pesquisa Mundial Gallup
		Tolerância a imigrantes	Pesquisa Mundial Gallup
		Tolerância a homossexuais	Pesquisa Mundial Gallup
		Discriminação e violência contra minorias	Índice de Estados Falidos do Fundo para a Paz
		Tolerância religiosa	Centro de Pesquisas Pew
	Acesso à educação superior	Apoio familiar e comunitário	Pesquisa Mundial Gallup
		Anos de escolaridade superior	Base de Dados de Desempenho Educacional Barro-Lee
		Taxa média de escolarização das mulheres	Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde
		Desigualdade no desempenho educacional	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
		Número de universidades com classificação internacional	Times Higher Education, Rankings Universitários Internacionais QS e Ranking Acadêmico de Universidades Internacionais

Apêndice /2 Pesos da análise fatorial

	COMPONENTE	NOME DO INDICADOR	PESO	PESO DIMENSIONADO (0-1)
Necessidades humanas básicas	Nutrição e cuidados médicos básicos	Desnutrição	0,18	0,16
		Déficit alimentar	0,18	0,16
		Taxa de mortalidade materna	0,19	0,17
		Taxa de mortalidade neonatal	0,18	0,16
		Taxa de mortalidade infantil	0,19	0,17
	Água e saneamento	Mortes por doenças infecciosas	0,19	0,17
		Acesso a sistema de água encanada	0,37	0,34
		Acesso rural e urbano a fontes de água de qualidade	0,34	0,32
	Moradia	Acesso a instalações de saneamento	0,37	0,34
		Acesso à moradia	0,15	0,12
		Acesso à eletricidade	0,37	0,30
		Qualidade do fornecimento de eletricidade	0,37	0,30
	Segurança pessoal	Mortes por contaminação do ar em ambiente interno	0,35	0,28
		Taxa de homicídio	0,25	0,20
		Taxa de crimes violentos	0,26	0,21
		Percepção da criminalidade	0,26	0,21
		Terror político	0,24	0,19
		Mortes no trânsito	0,23	0,19
Fundamentos de bem-estar	Acesso ao conhecimento básico	Taxa de alfabetização adulta	0,24	0,21
		Taxa de matrícula em educação primária	0,20	0,18
		Taxa de matrícula nas primeiras séries da educação secundária	0,24	0,21
		Taxa de matrícula nas últimas séries da educação secundária	0,23	0,20
		Paridade de gênero na educação secundária	0,22	0,19
	Acesso à informação e comunicação	Usuários de telefones celulares	0,39	0,32
		Usuários de internet	0,44	0,36
		Índice de liberdade de imprensa	0,38	0,32
	Saúde e bem-estar	Expectativa de vida ao nascer	0,53	0,25
		Mortes por doenças não transmissíveis entre 30 e 70 anos	0,53	0,25
		Taxa de obesidade	0,47	0,17
		Mortes por contaminação do ar em ambiente externo	0,56	0,20
	Sustentabilidade dos ecossistemas	Taxa de suicídios	0,35	0,13
Emissões de gases de efeito estufa		0,39	0,26	
Uso de água como porcentagem dos recursos		0,41	0,28	
Biodiversidade e habitat		0,69	0,46	
Oportunidades	Direitos individuais	Direitos políticos	0,28	0,23
		Liberdade de expressão	0,22	0,18
		Liberdade partidária	0,25	0,20
		Liberdade de circulação	0,25	0,20
		Direito à propriedade privada	0,24	0,19
	Liberdades individuais	Liberdade de escolha	0,29	0,20
		Liberdade de religião	0,20	0,14
		Escravidão moderna, tráfico humano e casamento infantil	0,30	0,21
		Demanda por contracepção atendida	0,30	0,21
	Tolerância e inclusão	Corrupção	0,33	0,23
		Respeito à mulher	0,09	0,06
		Tolerância a imigrantes	0,26	0,18
		Tolerância a homossexuais	0,30	0,22
		Discriminação e violência contra minorias	0,30	0,21
	Acesso à educação superior	Tolerância religiosa	0,20	0,14
		Apoio familiar e comunitário	0,25	0,18
		Anos de escolaridade superior	0,30	0,26
Taxa média de escolarização das mulheres		0,32	0,27	
		Desigualdade no desempenho educacional	0,30	0,26
		Número de universidades com classificação internacional	0,25	0,21

## APÊNDICE 3 / VALORES DOS INDICADORES DE MELHOR E PIOR CASO

### Apêndice 3 / Valores dos indicadores de melhor e pior caso

INDICADORES	MELHOR CASO	PIOR CASO
Desnutrição	5	75
Déficit alimentar	0	714
Taxa de mortalidade materna	0	1100
Taxa de mortalidade neonatal	0	47
Taxa de mortalidade infantil	0	219
Mortes por doenças infecciosas	0	1552
Acesso a sistema de água encanada	100	0
Acesso rural e urbano a fontes de água de qualidade	0	64
Acesso a instalações de saneamento	100	8
Acesso à moradia	100	12
Acesso à eletricidade	100	0
Qualidade do fornecimento de eletricidade	7	1
Mortes por contaminação do ar em ambiente interno	3	1
Taxa de homicídio	1	5
Taxa de crimes violentos	1	5
Percepção da criminalidade	1	5
Terror político	1	5
Mortes no trânsito	0	68
Taxa de alfabetização adulta	100	24
Taxa de matrícula em educação primária	100	30
Taxa de matrícula nas primeiras séries da educação secundária	100	9
Taxa de matrícula nas últimas séries da educação secundária	100	0
Paridade de gênero na educação secundária	1	0
Usuários de telefones celulares	100	0
Usuários de internet	100	0
Índice de liberdade de imprensa	7	1
Expectativa de vida ao nascer	85	41
Mortes por doenças não transmissíveis entre 30 e 70 anos	0	60
Obesidade	0	71
Mortes por contaminação do ar em ambiente externo	0	103
Taxa de suicídios	0	33
Emissões de gases de efeito estufa	4	0
Uso de água como porcentagem dos recursos	0	5
Biodiversidade e habitat	100	0
Direitos políticos	1	7
Liberdade de expressão	2	0
Liberdade partidária	2	0
Liberdade de circulação	4	0
Direito à propriedade privada	100	0
Liberdade de escolha	100	24
Liberdade de religião	4	1
Escravidão moderna, tráfico humano e casamento infantil	1	100
Demanda por contracepção atendida	100	14
Corrupção	100	8
Respeito à mulher	100	17
Tolerância a imigrantes	100	9
Tolerância a homossexuais	100	0
Discriminação e violência contra minorias	1	10
Tolerância religiosa	4	1
Apoio familiar e comunitário	100	28
Anos de escolaridade superior	2	0
Taxa média de escolarização das mulheres	16	0
Desigualdade no desempenho educacional	0	0
Número de universidades com classificação internacional	5	0

## Apêndice 4 / Bibliografia

- Acemoglu, Daron e James A Robinson. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Nova York: Crown Publishers, 2012.
- Akram, Tanweer. *Ranking Countries and Other Essays*. Universidade de Columbia, 2004.
- Alkire, Sabina e Maria Emma Santos. "Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries." Apresentação na Conferência Alemã de Economia do Desenvolvimento, Berlim 2011, Nº 3. [http://econstor.eu/bitstream/10419/48297/1/3\\_alkire.pdf](http://econstor.eu/bitstream/10419/48297/1/3_alkire.pdf).
- Anand, Sudhir e Amartya Sen. *Poverty and Human Development: Human Development Papers 1997*. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1997.
- Andrews, Matt. "The Good Governance Agenda: Beyond Indicators Without Theory." *Oxford Development Studies* 36, nº 4 (dezembro de 2008): 379-407. doi:10.1080/13600810802455120.
- Atkinson, Anthony Barnes e Eric Marlier. *Analysing and Measuring Social Inclusion in a Global Context*. Publicações das Nações Unidas, 2010.
- Bhattacharya, Amar, Mattia Romani e Nicholas Stern. "Infrastructure for Development: Meeting the Challenge." Centro de Economia e Políticas para as Mudanças Climáticas, 2012. [www.cccep.ac.uk/Publications/Policy/docs/PP-infrastructure-for-development-meeting-the-challenge.pdf](http://www.cccep.ac.uk/Publications/Policy/docs/PP-infrastructure-for-development-meeting-the-challenge.pdf).
- Bishop, Matthew e Michael Green. *The Road from Ruin: How to Revive Capitalism and Put America Back on Top*. Nova York: Crown Business, 2011.
- Bland, J. M. e D. G. Altman. "Cronbach's Alpha." *BMJ (Clinical Research Ed.)* 314, nº 7080 (1997): 572.
- Bloom, Nicholas, Raffaella Sadun e John Van Reenen. *The Organization of Firms Across Countries*. Documento de trabalho. Agência Nacional de Pesquisas Econômicas, julho de 2009. <http://www.nber.org/papers/w15129>.
- Bourguignon, François, et al. "Millennium Development Goals at midpoint: Where do we stand and where do we need to go." (2008).
- Bourguignon, François e Satya Chakravarty. "The Measurement of Multidimensional Poverty." *Journal of Economic Inequality* 1, nº 1 (2003): 25-49.
- Burd-Sharps, Sarah e Kristen Lewis. *The Measure of America, 2010-2011*. NYU Press, 2010.
- Burd-Sharps, Sarah, Kristen Lewis, Patrick Guyer e Ted Lechterman. *Twenty Years of Human Development in Six Affluent Countries: Australia, Canada, Japan, New Zealand, the United Kingdom, and the United States*. Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010. <http://ideas.repec.org/p/hdr/papers/hdrp-2010-27.html>.
- Chen, Shaohua e Martin Ravallion. "More Relatively-Poor People in a Less Absolutely-Poor World." *Review of Income and Wealth* 59, nº 1 (2013): 1-28. doi:10.1111/j.1475-4991.2012.00520.x.

Cheng, Hefa, Yuanan Hu e Jianfu Zhao. "Meeting China's Water Shortage Crisis: Current Practices and Challenges." *Environmental Science & Technology* 43, nº 2 (15 de janeiro de 2009): 240-244. doi:10.1021/es801934a.

Collier, Paul. *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries Are Failing and What Can Be Done About It*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Comissão de Crescimento e Desenvolvimento. *The Growth Report: Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development*. Publicações do Banco Mundial, 2008.

Cook, Andrew e Beth Daponte. "A Demographic Analysis of the Rise in the Prevalence of the US Population Overweight And/or Obese." *Population Research and Policy Review* 27, nº 4 (1º de agosto de 2008): 403-426. doi:10.1007/s11113-008-9073-x.

Cooke, Martin, Francis Mitrou, David Lawrence, Eric Guimond e Dan Beavon. "Indigenous Well-being in Four Countries: An Application of the UNDP'S Human Development Index to Indigenous Peoples in Australia, Canada, New Zealand, and the United States." *BMC International Health and Human Rights* 7, nº 1 (2007): 9. doi:10.1186/1472-698X-7-9.

Cutler, David M., Angus S. Deaton e Adriana Lleras-Muney. *The Determinants of Mortality*. Documento de trabalho. Agência Nacional de Pesquisas Econômicas, janeiro 2006. <http://www.nber.org/papers/w11963>.

De Hoyos, Rafael e Miguel Székely. *Educación y Movilidad Social en México*. Trabalho acadêmico da SSRN. Rochester, NY: Rede de Pesquisa em Ciências Sociais (SSRN), 2009. <http://papers.ssrn.com/abstract=1865462>.

Delgado, Mercedes, Christian Ketels, Michael E. Porter e Scott Stern. *The Determinants of National Competitiveness*. Documento de trabalho. Agência Nacional de Pesquisas Econômicas, julho de 2012. <http://www.nber.org/papers/w18249>.

Diener, Ed, Richard Lucas, Ulrich Schimmack e John Helliwell. *Well-being for Public Policy*. Oxford University Press, 2009.

Diener, Ed e Martin E. P. Seligman. "Beyond Money: Toward an Economy of Well-being." *American Psychological Society* 5, nº 1 (2004).

Dunteman, George H. *Principal Components Analysis*. Sage, 1989.

Easterlin, Richard A. e Departamento de Economia da Universidade do Sul da Califórnia. *Will Raising the Incomes of All Increase the Happiness of All?* Departamento de Economia, Universidade do Sul da Califórnia, 1994.

Eicher, Theo S. e Stephen J. Turnovsky. *Inequality and Growth: Theory and Policy Implications*. MIT Press, 2003.

Field, Christopher B., Vicente Barros, Thomas F. Stocker e Qin Dahe. *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation: Special Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, 2012.

- Foster, James, Luis Lopez-Calva e Miguel Szekely. “Measuring the Distribution of Human Development: Methodology and an Application to Mexico.” *Journal of Human Development and Capabilities* 6, nº 1 (2005): 5–25.
- Fuentes Nieva, Ricardo, Isabel Pereira e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *The Disconnect Between Indicators of Sustainability and Human Development*. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010.
- Fukuda-Parr, Sakiko e A. K. Shiva Kumar. *Readings In Human Development: Concepts, Measures And Policies For A Development Paradigm*. Oxford University Press India, 2004.
- Furman, Jeffrey L., Michael E. Porter e Scott Stern. “The Determinants of National Innovative Capacity.” *Research Policy* 31, nº 6 (2002): 899–933.
- Gidwitz, Zachary, Martin Philipp Heger, José Pineda e Francisco Rodríguez. *Understanding Performance in Human Development: A Cross-National Study*. Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010. <http://ideas.repec.org/p/hdr/papers/hdrp-2010-42.html>.
- Goodspeed, Tim, Ellis Lawlor, Eva Neitzert e Jeremy Nicholls. *A Guide to Social Return on Investment*. Fundação Nova Economia, 12 de maio de 2009. <http://www.neweconomics.org/publications/entry/a-guide-to-social-return-on-investment>.
- Gough, Ian e J. Allister McGregor. *Wellbeing in Developing Countries: From Theory to Research*. Cambridge University Press, 2007.
- Graham, Carol. “The Challenges of Incorporating Empowerment into the HDI: Some Lessons from Happiness Economics and Quality of Life Research.” *Relatórios de Desenvolvimento Humano, Research Reports* 20 (2010): 13.
- Hall, Gillette H. e Harry Anthony Patrinos. *Indigenous Peoples, Poverty, and Development*. Cambridge University Press, 2012.
- Hamel, Jean-Yves. *ICT4D and the Human Development and Capabilities Approach: The Potentials of Information and Communication Technology*. Artigo MPRA. Biblioteca da Universidade de Munique, Alemanha, 2010. <http://ideas.repec.org/p/pramprapa/25561.html>.
- Hulme, David e Sakiko Fukuda-Parr. *International Norm Dynamics and “the End of Poverty”: Understanding the Millennium Development Goals (MDGs)*. Série Documentos de Trabalho do Instituto Brooks para Estudo da Pobreza Mundial. BWPI, Universidade de Manchester, 2009. <http://ideas.repec.org/p/bwp/bwppap/9609.html>.
- Islam, Iyanatul. “Poverty, Employment and Wages: An Indonesian Perspective.” *Organização Internacional do Trabalho, Departamento de Recuperação e Reconstrução*, Genebra (2002).
- Comissão Conjunta de Pesquisa Centro-Europeia. *Handbook on constructing composite indicators: methodology and user guide*. OECD Publishing, 2008.

Kahneman, Daniel, Ed Diener e Norbert Schwarz. *Well-being: The Foundations of Hedonic Psychology*. Fundação Russell Sage, 2003.

Kahneman, Daniel e Alan B Krueger. “Developments in the Measurement of Subjective Well-Being.” *Journal of Economic Perspectives* 20, nº 1 (março de 2006): 3-24. doi:10.1257/089533006776526030.

Kanbur, Ravi. *Growth, Inequality And Poverty: Some Hard Questions*. Documento de trabalho. Universidade Cornell, Departamento de Economia Aplicada e Gestão, 2004. <http://ideas.repec.org/p/ags/cudawp/127133.html>.

Kanter, Rosabeth Moss. “Even Bigger Change: A Framework for Getting Started at Changing the World.” Acessado em 9 de agosto de 2013. <http://hbr.org/product/even-bigger-change-a-framework-for-getting-started/an/305099-PDF-ENG>.

Kaufmann, Daniel, Homi J Kharas e Veronika Penciakova. “Development, Aid and Governance Indicators (DAGI).” Instituto Brookings. Acessado em 14 de agosto de 2013. <http://www.brookings.edu/research/interactives/development-aid-governance-indicators>.

Kenny, Charles. “There’s More to Life Than Money: Exploring the Levels/Growth Paradox in Income and Health.” *Journal of International Development* 21, nº 1 (2009): 24-41.

Keohane, Robert O. e David G. Victor. “The Regime Complex for Climate Change.” *Perspectives on Politics* 9, nº 01 (2011): 7-23. doi:10.1017/S1537592710004068.

Kharas, Homi J, Koji Makino e Woojin Jung. *Catalyzing Development a New Vision for Aid*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2011. <http://site.ebrary.com/id/10478397>.

Kovacevic, Milorad. *Measurement of Inequality In Human Development - A Review*. Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), novembro de 2010. <http://econpapers.repec.org/paper/hdrpapers/hdrp-2010-35.htm>.

———. *Review of HDI Critiques and Potential Improvements*. Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dezembro de 2010. <http://econpapers.repec.org/paper/hdrpapers/hdrp-2010-33.htm>.

Krueger, Alan B., Gary S. Becker e Luis Rayo. “Comments and Discussion.” *Brookings Papers on Economic Activity* 2008, nº 1 (2008): 88-102. doi:10.1353/eca.0.0011.

Krueger, Alan B. e David A. Schkade. “The Reliability of Subjective Well-being Measures.” *Journal of Public Economics* 92, nº 8-9 (agosto de 2008): 1833-1845. doi:10.1016/j.jpubeco.2007.12.015.

Kuznets, Simon. “Economic Growth and Income Inequality.” *The American Economic Review* 45, nº 1 (1955): 1-28.

Layard, Richard. *Happiness: Lessons from a New Science*. Penguin, 2006.

Maddison, Angus. *The world economy volume 1: A millennial perspective volume 2: Historical statistics*. Fundação Acadêmica, 2007.



- Malik, Khalid. "Human Development Report 2013. The rise of the South: Human progress in a diverse world." Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2013.
- Manly, Bryan F. J. *Multivariate Statistical Methods: A Primer*. CRC Press, 1994.
- Mayer-Foulkes, David. *Divergences and Convergences in Human Development*. Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010. <http://ideas.repec.org/p/hdr/papers/hdrp-2010-20.html>.
- Mejía, Daniel e Marc St-Pierre. "Unequal Opportunities and Human Capital Formation." *Journal of Development Economics* 86, nº 2 (junho de 2008): 395-413. doi:10.1016/j.jdeveco.2007.04.001.
- Micklewright, John e Kitty Stewart. "Poverty and Social Exclusion in Europe: European Comparisons and the Impact of Enlargement." *New Economy* 8, nº 2 (2001): 104-109. doi:10.1111/1468-0041.00195.
- Milanovic, Branko. "Global Inequality and the Global Inequality Extraction Ratio: The Story of the Past Two Centuries". (2009). <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4237>.
- Mink, S. D. *Poverty, Population, and the Environment*. Documentos para discussão do Banco Mundial. Banco Mundial, 1993. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/02/01/000009265\\_397031122044/Rendered/PDF/multi0page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/02/01/000009265_397031122044/Rendered/PDF/multi0page.pdf).
- Mwabu, Germano e Augustin Kwasi Fosu. *Human Development in Africa*. Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010. <http://ideas.repec.org/p/hdr/papers/hdrp-2010-08.html>.
- Mwase, Nkunde e Yongzheng Yang. *BRICs' Philosophies for Development Financing and Their Implications for LICs*. Fundo Monetário Internacional, 2012.
- Narayan-Parker, Deepa e Patti L. Petesch. *Moving Out of Poverty, 1: Cross-disciplinary Perspectives on Mobility*. Publicações do Banco Mundial, 2007.
- Narayan-Parker, Deepa. *Voices of the Poor: Can Anyone Hear Us?* Oxford University Press, 2000.
- Neumayer, Eric. *Human Development and Sustainability*. Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2010. <http://ideas.repec.org/p/hdr/papers/hdrp-2010-05.html>.
- North, Douglass C. *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge; Nova York: Cambridge University Press, 1990.
- Nussbaum, Martha C. *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge University Press, 2001.
- Ocampo, Jose Antonio. "Rethinking Global Economic and Social Governance." *Journal of Globalization and Development* 1, nº 1 (2010): 1–29.

Ocampo, Jose Antonio, and Daniel Titelman. "Subregional Financial Cooperation: The South American Experience." *Journal of Post Keynesian Economics* 32, nº 2 (2009): 249–268.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. *Perspectives on Global Development 2010*. Paris: OCDE, 2010. <http://www.oecd-ilibrary.org/content/book/9789264084728-en>.

———. *PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do*. Paris: OCDE, 2010. <http://www.oecd-ilibrary.org/content/book/9789264091450-en>.

———. *Promoting Pro-Poor Growth*. Paris: OCDE, 2007. <http://www.oecd-ilibrary.org/content/book/9789264024786-en>.

Oeppen, Jim e James W. Vaupel. "Broken Limits to Life Expectancy." *Science* 296, nº 5570 (10 de maio de 2002): 1029-1031. doi:10.1126/science.1069675.

Olavarria-Gambi, Mauricio. "Poverty Reduction in Chile: Has Economic Growth Been Enough?" *Journal of Human Development* 4, nº 1 (2003): 103-123. doi:10.1080/1464988032000051504.

Olshansky, S. Jay, et al. "A Potential Decline in Life Expectancy in the United States in the 21st Century." *New England Journal of Medicine* 352, nº 11 (2005): 1138-1145. doi:10.1056/NEJMSr043743.

Ottoson, Daniel. *State-sponsored Homophobia. A World Survey of Laws Prohibiting Same-sex Activity Between Consenting Adults*. Relatório, maio de 2009. [http://ilga.org/Statehomophobia/ILGA\\_State\\_Sponsored\\_Homophobia\\_2009.pdf](http://ilga.org/Statehomophobia/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2009.pdf).

Pagliani, Paola. *Influence of Regional, National and Sub-national HDRs*. Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), julho de 2010. <http://econpapers.repec.org/paper/hdrpapers/hdrp-2010-19.htm>.

Pasha, Hafiz A. e T. Palanivel. "Pro-poor Growth and Policies: The Asian Experience." *The Pakistan Development Review* 42, nº 4 (2003): 313–348.

Petty, William. *Essays on Mankind and Political Arithmetic*. Acessado em 9 de agosto de 2013. <http://www.gutenberg.org/ebooks/5619>.

Pickett, Kate e Richard Wilkinson. *The Spirit Level: Why Greater Equality Makes Societies Stronger*. Bloomsbury Publishing EUA, 2010.

Pineda, José e Francisco Rodríguez. "The Political Economy of Investment in Human Capital." *Economics of Governance* 7, nº 2 (2006): 167-193.

Pinker, Steven. "Violence Vanquished." *Wall Street Journal*, 24 de setembro de 2011, seção The Saturday Essay. <http://online.wsj.com/article/SB1000142405311904106704576583203589408180.html>.

Pinkovskiy, Maxim e Xavier Sala-i-Martin. *African Poverty Is Falling...Much Faster Than You Think!* Documento de trabalho. Agência Nacional de Pesquisas Econômicas, fevereiro de 2010. <http://www.nber.org/papers/w15775>.

- Pogge, Thomas e University of Arkansas Press. “Global Gender Justice: Developing Morally Plausible Indices of Poverty and Gender Equity.” Organizado por Edward Minar. *Philosophical Topics* 37 (2009): 199-221. doi:10.5840/philtopics200937212.
- Pogge, Thomas. *World Poverty and Human Rights*. Polity, 2008.
- Polanyi, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Beacon Press, 1944.
- Porter, Michael E. *On Competition*. Harvard: Harvard, 1999.
- . *On Competition, Updated and Expanded Edition*. Harvard Business School Publishing Corp., 2008.
- . *Competitive Advantage of Nations: Creating and Sustaining Superior Performance*. Simon and Schuster, 2011.
- . *Competition in Global Industries*. Harvard Business Press, 1986.
- Porter, Michael E. e Elizabeth Olmsted Teisberg. *Redefining Health Care: Creating Positive-sum Competition to Deliver Value*. Boston, Mass.: Harvard Business School Press, 2005.
- Porter, Michael E., Örjan Sölvell e Ivo Zander. *Advantage Sweden*. Norstedts, 1991.
- Porter, Michael E. e Klaus Schwab. “The Global Competitiveness Report 2008–2009.” *Fórum Econômico Mundial*, 2009.
- Preston, Samuel H. “The Changing Relation Between Mortality and Level of Economic Development.” *Population Studies* 29, nº 2 (1975): 231-248. doi:10.1080/00324728.1975.10410201.
- Pritchett, Lant e Martina Viarengo. *Explaining the Cross-National Time Series Variation in Life Expectancy: Income, Women’s Education, Shifts, and What Else?* Human Development Research Papers (2009 até o momento). Escritório dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (HDRO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), outubro de 2010. <http://econpapers.repec.org/paper/hdrpapers/hdrp-2010-31.htm>.
- Radelet, Steven C., Jong-Wha Lee e Jeffrey Sachs. *Economic Growth in Asia*. Instituto Harvard de Desenvolvimento Internacional, Universidade de Harvard, 1997.
- Ranis, Gustav e Frances Stewart. “Dynamic Links Between the Economy and Human Development.” *Monografia*, 2005. <http://economics.ouls.ox.ac.uk/12091/>.
- . “Strategies for Success in Human Development.” *Journal of Human Development* 1, nº 1 (2000): 49-69. doi:10.1080/14649880050008764.
- Ranis, Gustav, Frances Stewart e Emma Samman. “Human Development: Beyond the Human Development Index.” *Journal of Human Development* 7, nº 3 (2006): 323-358. doi:10.1080/14649880600815917.

- Ratha, Dilip e William Shaw. *South-south Migration and Remittances*. Publicações do Banco Mundial, 2007.
- Ravallion, Martin. "How Well Can Method Substitute For Data? Five Experiments In Poverty Analysis." *World Bank Research Observer* 11, nº 2 (1996): 199–221.
- REN21 (Rede de Políticas de Energia Renovável para o Século 21). *Renewables 2012 Global Status Report*. Secretariado da REN21 (2012).
- Rodrik, Dani. *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. Nova York; Londres: W. W. Norton & Co., 2011.
- . *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions, and Economic Growth*. Princeton University Press, 2008.
- Romero, Simon e John M. Broder. "Rio+20 Conference Ends, With Some Progress on the Sidelines." *The New York Times*, 23 de junho de 2012, seção World / Americas. <http://www.nytimes.com/2012/06/24/world/americas/rio20-conference-ends-with-some-progress-on-the-sidelines.html>.
- Sapienza, Paola, Luigi Zingales e Luigi Guiso. *Does Culture Affect Economic Outcomes?* Documento de trabalho. Bureau Nacional de Pesquisas Econômicas, fevereiro de 2006. <http://www.nber.org/papers/w11999>.
- Schafer, Joseph L. e John W. Graham. "Missing data: our view of the state of the art." *Psychological Methods* 7, nº 2 (2002): 147-177.
- Schultz, Geoffrey F. "Socioeconomic Advantage and Achievement Motivation: Important Mediators of Academic Performance in Minority Children in Urban Schools." *The Urban Review* 25, nº 3 (1993): 221-232. doi:10.1007/BF0112109.
- Sen, Amartya Kumar. *Commodities and Capabilities*. North-Holland Publ., 1985.
- . *Development as Freedom*. Oxford University Press, 1999.
- . *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford University Press, 1982.
- Serra, Narcís e Joseph E. Stiglitz. *The Washington Consensus Reconsidered: Towards a New Global Governance*. Oxford University Press, 2008.
- Stern, Nicholas. "Public Policy for Growth and Poverty Reduction." *CESifo Economic Studies* 49, nº 1 (2003): 5-25. doi:10.1093/cesifo/49.1.5.
- . "The Stern Review on the Economics of Climate Change." Londres: HM Treasury 30 (2006). <http://www.hm-treasury.gov.uk/independent%5Freviews/stern%5Freview%5Feconomics%5Fclimate%5Fchange/stern%5Freview%5Freport.cfm>.
- Stevenson, Betsey e Justin Wolfers. *Economic growth and subjective well-being: Reassessing the Easterlin paradox*. Nº w14282. Agência Nacional de Pesquisas Econômicas, 2008.

Stewart, Frances. “Capabilities and Human Development.” Artigo ocasional (2013): 03.

Stiglitz, Joseph, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi. “The measurement of economic performance and social progress revisited.” Reflexões e visão geral. Comissão sobre Medição de Desempenho Econômico e Progresso Social, Paris (2009).

Strauss, John e Duncan Thomas. “Health, nutrition, and economic development.” *Journal of Economic Literature* (1998): 766-817.

Suri, Tavneet, et al. “Paths to success: The relationship between human development and economic growth.” *World Development* 39, nº 4 (2011): 506-522.

Thede, Nancy. “Decentralization, Democracy and Human Rights: A Human Rights-based Analysis of the Impact of Local Democratic Reforms on Development.” *Journal of Human Development and Capabilities* 10, nº 1 (2009): 103-123.

Tsai, Ming-Chang. “Does Political Democracy Enhance Human Development in Developing Countries?” *American Journal of Economics and Sociology* 65, nº 2 (2006): 233-268.

Ul Haq, Mahbub. *Reflections on Human Development*. Oxford University Press, 1996.

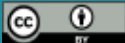
Ura, Karma, Sabina Alkire, Tshoki Zangmo e Karma Wangdi. *A Short Guide to Gross National Happiness Index*. Centro de Estudos do Butão, 2012.

Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global. *Resilient People, Resilient Planet: A Future Worth Choosing*. 2012.

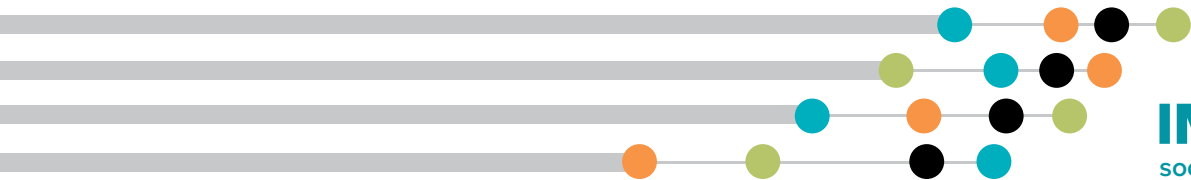
Nações Unidas. *Millennium Development Goals Report 2013*. 2013.

Woods, Ngaire. “Global Governance after the Financial Crisis: A new multilateralism or the last gasp of the great powers?” *Global Policy* 1, nº 1 (2010): 51-63.





Crédito da foto da capa: Les Haines  
[flickr.com/photos/leshaines123/](https://www.flickr.com/photos/leshaines123/)



**SOCIAL  
PROGRESS  
IMPERATIVE**  
[socialprogressimperative.org](https://socialprogressimperative.org)



# **SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE**

2101 L Street NW, Suite 800  
Washington, DC 20037

[socialprogressimperative.org](http://socialprogressimperative.org)  
[@socprogress](https://twitter.com/socprogress)